



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

SESSÃO DA 1ª COMISSÃO GERAL

DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 1983

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita aos ilustres visitantes e aos Srs. Prefeitos, Vereadores, Srs. Secretários de Estado para tomarem seus lugares.

Esta Presidência declara aberta a Sessão da Primeira Comissão Geral da Assembléia Legislativa do Paraná, conforme preceitua o artigo 35 do seu Regimento Interno, aprovada por unanimidade, para avaliar o problema representado pelas enchentes que vêm castigando o Paraná, seus efeitos e medidas a serem adotadas pelas autoridades estaduais e federais. E ao abrir esta sessão, tenho a satisfação de registrar a presença neste Poder, de Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. José Richa.

Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, Srs. Secretários de Estado, Sua Excelência, Sr. Governador do Estado do Paraná. (Lê):

“INTRODUÇÃO

A realidade gerada pelas enchentes é o principal drama de nossos dias, no território do Paraná, e, de um modo geral, nos três Estados do Sul do País.

Esta foi a maior enchente dos últimos 100 anos no Paraná. Por isso, os danos são de caráter extraordinário. E, exigem um enfrentamento extraordinário.

CALAMIDADE PÚBLICA

A situação se caracteriza como um ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, atingindo todas as regiões do Estado.

Dezessete pessoas mortas; 25 mil ao desabrigo; 180 casas destruídas e outras 2.500 danificadas; as perdas sofridas pelas lavouras já se elevam a 100 bilhões de cruzeiros; as estradas estão intransitáveis; há paralização de tráfego em quase todas as regiões — este é o saldo, até agora, das enchentes que assolam o Paraná desde novembro do ano passado e com maior intensidade nos meses de maio e junho últimos.

Nossa população e nossa economia estão afetadas gravemente: dada a extensão do problema e os vultosos prejuízos é certo que sofreremos uma considerável redução no Produto Regional Bruto.

ESTADO DE EMERGÊNCIA

Diante da gravidade da situação, foi decretado o “estado de emergência” em cerca de 137 municípios. Levantamentos já feitos indicam que são imensos os estragos na malha viária do Estado. Há necessidade de se restaurar perto de 4.000 quilômetros de rodovias municipais; 47 pontes de concreto terão que ser reconstruídas, além de 1.300 metros de bueiros e galerias de águas pluviais.

Este trabalho de restauração vai exigir investimentos superiores a seis bilhões de cruzeiros, enquanto outros dois bilhões e meio deverão ser aplicados na recuperação das rodovias estaduais e federais delegadas.

PERDAS NA AGRICULTURA

Nossa produção agrícola está severamente comprometida. As safras deste ano sofreram prejuízos avaliados, até agora, em cem bilhões de cruzeiros, sendo as culturas mais atingidas as do milho, com quinze bilhões, a soja com doze e meio bilhões; e o café com doze bilhões de cruzeiros. As perdas anteriores com arroz irrigado, feijão e batata já haviam atingido perto de

cinquenta bilhões de cruzeiros.

O Paraná deixa de colher este ano duzentos e setenta mil sacas de café, enquanto que o equivalente a mais de um milhão de sacas estão no solo há vários dias; deixa também o Estado de produzir este ano cento e sessenta mil toneladas de soja; trezentas mil toneladas de milho; vinte mil toneladas de feijão da seca; trinta e quatro mil toneladas de batata. Em face do retardamento no plantio, a redução na produção de trigo em relação à estimativa inicial de plantio, deve-se situar em torno de cem mil toneladas além do que o Estado perderá em arrecadação tributária, como reflexo imediato da queda de produção.

Mas com o apoio de todos os paranaenses, ao lado do Governador José Richa, vamos nos colocar de pé novamente. Vamos reconstruir o Paraná.

ASSEMBLÉIA PERMANENTE

Fazendo uso da faculdade que lhe permite o artigo 35 do seu Regimento Interno, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se reúne, hoje, em “Comissão Geral”, para realizar uma “Audiência Pública Geral sobre o Problema das Enchentes”.

O objetivo é avaliar o problema surgido com as enchentes que vêm castigando o Paraná, seus efeitos e as medidas que deverão ser adotadas pelas autoridades.

Desta forma, a Assembléia, como Instituição Pública Representativa, poderá inteirar-se do assunto em sua globalidade, recolhendo subsídios de todas as fontes possíveis — técnicas, econômicas, sociais e políticas.

E assim, consubstanciada de informações e de dados, a Assembléia poderá propor as soluções que a seu ver considerar as mais acertadas para enfrentar o problema, de vez que ele é de natureza eventual e esporádica. Para tanto, foram convocadas Autoridades Estaduais do primeiro escalão, Prefeitos e Autoridades Municipais, Órgãos de representação de classes e estudiosos do evento.

BANCADAS UNIDAS

Os Deputados nesta Casa — as Bancadas do PMDB e do PDS — proclamam a sua firme disposição de somar esforços para a mobilização do povo paranaense, utilizando-se de todos os canais que possam ser ativados junto às comunidades na articulação e agregação de interesses, independentemente de quaisquer conotações político-partidárias, a fim de que se possa empreender o grande trabalho de reconstrução da economia estadual.

Da mesma forma, imbuídos desses propósitos comuns os Deputados nesta Casa darão prioridade ao exame, discussão, apoio e aprovação de projetos, oriundos do Poder Executivo, que objetivem minimizar junto às populações os efeitos das recentes calamidades que se abateram sobre os municípios paranaenses.

Atuaremos unidos, de igual forma, nas gestões junto aos organismos federais para obtenção de apoio e recursos para fazer frente aos prejuízos causados ao Paraná e ao seu povo pelas chuvas intermitentes dos últimos meses.

RECURSOS FEDERAIS

Existem situações em que a extensão dos desastres naturais, ou de outra origem, é tão grande que faltam forças à comunidade estadual para resolvê-los por seus próprios meios. É nessas emergências que o Estado federado precisa levantar sua voz, exigindo apoio da União Federal.

A Federação deve ter como um dos pressupostos de sua existência, o socorro de urgência a uma comunidade estadual ou local, a fim de repor a situação ao estado anterior a uma calamidade natural extensa como a atual.

UNIR OS PARANAENSES

Precisamos unir todos os paranaenses em busca de soluções. É preciso envolver a própria comunidade, nas suas manifestações de solidariedade humana para com os semelhantes. É preciso que sejamos criativos na busca de caminhos que possam remediar o terrível drama que nos atingiu. Nossas preocupações nesta hora grave se voltam para o bem comum do Paraná.

Finalmente, ao se transformar em "Comissão Geral", pela primeira vez na sua história, para realizar esta "Audiência Pública Geral", a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná busca dar a sua cooperação, acima de cor partidária, para levantarmos o Paraná, reconstruí-lo dos escombros. E, assim, retribuir à sociedade paranaense a confiança nela depositada, mediante o voto, em 15 de novembro, que elegeu os 58 Deputados que integram esta Legislatura Estadual.

Curitiba, 20 de junho de 1983.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Assinam este documento o Deputado que vos fala, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Gernote Kirinus, Primeiro Secretário, Deputado Francisco Escorsin, Segundo Secretário e pelas lideranças partidárias, Deputado Nilso Sguarezi, Liderança do PMDB e Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder do PDS.

Dando prosseguimento, é com satisfação que concedo, de imediato, a palavra a Sua Excelência, o Dr. José Richa, Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

(Palmas).

O SR. JOSÉ RICHA (Governador do Estado do Paraná) — Sr.

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, demais membros da Mesa aqui presentes, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, Vereadores, Secretários do Estado, Senhoras e Senhores.

Primeiramente, gostaria de registrar o auspicioso fato da Assembléia Legislativa do Estado por ter adotado esta posição de transformar a sessão de hoje numa comissão geral, especial para, abertamente, discutir com as demais autoridades, principalmente as que compõem o Poder Executivo Estadual, como também abrir esta sessão para que dela pudessem participar os Prefeitos Municipais, notadamente aqueles que tiveram em seus municípios o fenômeno do excesso de chuvas causando maior quantidade de danos materiais. E também abrir a própria comunidade, através de suas lideranças, para que este Plenário pudesse ser um instrumento para fazer repercutir, fora do Paraná, como é necessário que repercuta, o que aconteceu aqui em nosso Estado.

O Paraná, nem era preciso lembrar porque os que estão aqui sabem perfeitamente bem, é um Estado que ao longo dos anos tem dado ao País uma extraordinária contribuição. O Paraná de há muitos anos é o Estado que propicia à Nação brasileira, o maior saldo de divisas. O Paraná de há muitos anos é o maior produtor agrícola nacional. O Paraná dispõe de recursos na área de energia, que são também em maior volume em termos de contribuição para a Nação, dentre todos os Estados da Federação.

Por isto quando um fenômeno como este se abate sobre o nosso Estado, causando-nos perdas irreparáveis, tanto no aspecto humano, social, como também no aspecto material e econômico, é lícito que o Paraná, não a título de compensação, bata às portas da esfera maior da administração, mas principalmente para que se restabeleça a normalidade em nosso Estado, para que o Paraná possa, o mais rapidamente possível, voltar a dar ao País a contribuição que nunca o Paraná se negou a dar

através do trabalho dos que aqui vivem.

É por esta razão, para que possamos rapidamente reconstituir a vida normal do Estado, é que nós saudamos o evento aqui na Assembléia. Porque numa hora em que ainda, em termos até políticos, a exarcebção de campanha ainda não cedeu lugar àquela paz política que sempre foi um apanágio do Paraná, acho que a iniciativa só do Executivo fazer avaliações, de propor medidas, acho que seria muito pouco. E por isto quando um Poder como este, o Poder Legislativo, que tem a condição, a qualidade, de poder abrigar em sua instituição, em seu corpo, os diversos segmentos político-partidários do Estado, acho que fica até mais legítima não só a discussão, como principalmente as sugestões que daqui partirem para outra esfera do Poder Executivo, no caso a União.

Por isto nós, desde logo, quando a Assembléia tomou esta iniciativa, nos engajamos e aqui estão se não todos, diria quase todos de nossa equipe que, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, estariam envolvidos na solução dos problemas causados por este excesso de chuvas. Está aqui a nossa equipe do Executivo, como sempre esteve, aberta, para discussão com o Poder Legislativo e através do instrumento em que se transformou o Poder Legislativo, para poder discutir com toda a coletividade, através de suas lideranças, as medidas que devam ser prontamente adotadas.

Com relação ao volume dos danos causados, o Deputado Trajano Bastos, Presidente do Legislativo, já fez em números gerais, já deu a todos uma idéia, em números gerais, dos prejuízos causados. Entretanto, acredito que no curso dos debates a nossa equipe poderá detalhar ainda mais cada um dos nossos companheiros Secretários do seu setor, aprofundando ainda mais a avaliação, dos danos, para que ao final saia daqui, acredito, sugestões.

De nossa parte, para atender de imediato e emergencialmente as populações mais atingidas, o Governo do Estado dentro de suas limitações, algumas providências já adotou, e outras, de efeito mais demorado, ainda estão sendo tomadas.

É preciso que se observe também e daí a ênfase que se dê à necessidade de auxílio da esfera maior da administração do País, que nos pegou este fenômeno, primeiro, num período de extrema dificuldade financeira. E diria até não apenas financeira mas também econômica. Já tive oportunidade, em outras ocasiões, de informar à opinião pública do Paraná que ao se fazer uma análise macro-econômica do Estado, conclui-se compulsando os dados dos próprios orçamentos, se pegarmos um período relativamente grande dos últimos anos do desempenho da economia do Paraná, para termos uma idéia do grau de descapitalização a que o Paraná estava sujeito de uns tempos a esta parte. Se pagarmos de 78 até o ano de 83, vamos verificar, espelhados na arrecadação prevista ou realizada nos orçamentos anteriores, ou prevista no orçamento deste ano, nós vamos verificar em 83, o Orçamento em termos de previsão de receita, é bem menor em números deflacionados do que a própria arrecadação estadual, no ano de 78. Enquanto que no ano de 78, nosso ICM arrecadado foi de 172 bilhões de cruzeiros, o ICM arrecadado ou previsto a ser arrecadado este ano, em números deflacionários, representariam realmente 148 bilhões de cruzeiros. Isto dá uma mostra do grau de descapitalização a que o Paraná se viu envolvido, em função principalmente, é claro, do modelo econômico implantado no País, e modelo que, no meu entendimento, ao desconhecer a vocação natural do País que é a agricultura, e isto dizendo muito de perto a economia do nosso Estado, nos causou esse tipo de problemas, que foi a progressiva descapitalização. Aliada a este fato de natureza econômica, nós ainda poderíamos dizer que a própria conjuntura nacional, que é em parte motivada pela conjuntura internacional, de extrema dificuldade financeira. O Paraná também, é evidente, sofreu também no plano das finanças, abalos recentes, de monta razoável. Se nós computarmos só

o período pós eleitoral, nós vamos verificar que houve em dezembro, uma mudança de rumos na linha econômica, adotada pelo Governo Central, que afetou o Paraná. E agora mais recentemente, nas últimas medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, outros pacotes foram produzidos e que vão ter ainda, a médio e longo prazo, repercussões, pelo menos imediatamente, de certos prejuízos para o Paraná. Além dos sacrifícios que, de um modo geral, estas últimas medidas vão causar a toda a Nação brasileira, o Paraná, além de também contribuir com uma quota de sacrifícios em termos gerais em função destas medidas, o Paraná ainda tem uma quota maior de sacrifícios. Porque sendo o Paraná o maior produtor agrícola, evidentemente, neste pacote afetando sobre tudo o subsídio ao crédito rural. E assim é evidente, que novos prejuízos vão se acrescentar de um modo especial no Paraná, além daqueles de ordem geral, que vão ser causados a todo o País. E é natural que eu ainda somaria a agravar em nossas dificuldades econômico-financeiras, o fato de estarmos exatamente no início do nosso período de administração. E portanto, estes fenômenos todos, aliados à situação econômico-financeira nacional e internacional, nos pegou, praticamente em termos administrativos, num período de transição.

Então, isto nos torna praticamente impotentes para resolver na rapidez que precisa ser resolvido a volta à normalidade do nosso Estado, em função de repararmos os danos que esta chuva causou, sobretudo as nossas estradas e à nossa malha rodoviária de um modo geral, com a queda de muitas pontes, bueiros, pontilhões; então isto tudo veio tornar as nossas medidas, com os recursos próprios praticamente, se não impossível, pelo menos muito difíceis de conseguirmos na rapidez de um Estado dinâmico como o Paraná exigiria, o restabelecimento desta normalidade.

Então, me parece das mais oportunas, a providência aqui adotada pela Assembléia. Eu gostaria, apenas para não cansá-los, dizer das providências que nós já tomamos no plano estadual e nas providências que sintonizados com o Governo Federal, já conseguimos que fossem tomadas pelo escalão maior e das providências que ainda estão sendo tomadas.

Nós de início e eu gostaria de dividir em três partes, os prejuízos que esta chuva nos causou.

A primeira parte e a mais angustiante, a mais emergente e a mais urgente, foi a parte dos prejuízos humanos, prejuízos no plano social, que foi o fato de ter causado excesso de chuvas, desabrigo a milhares de famílias, então esses prejuízos, nós já praticamente, com os recursos que dispúnhamos em termos diretos, mais de vinte e cinco milhões de cruzeiros, em alimentos, em agasalhos, mais dezessete milhões e meio de cruzeiros na área de saúde, de medicamentos para prevenção contra epidemia e mais trinta e oito milhões e meio de cruzeiros, recebidos do Ministério do Interior, através da SUDESUL, além naturalmente dos recursos que as próprias Prefeituras Municipais já haviam colocado e além também dos recursos não contabilizados em termos quantitativos, daquilo que foi oriundo da própria comunidade, através da contribuição em alimentos e agasalhos e outros bens que foram na medida do possível distribuídos nas áreas mais duramente atingidas.

Na reunião que tivemos, os três governos estaduais do extremo sul do País, com o Ministro do Interior e da Agricultura no Estado de Santa Catarina há cerca de quinze dias atrás, encontro esse que tivemos o privilégio de contar com Deputados e principalmente com inúmeros Prefeitos do Estado do Paraná.

Nós tivemos a oportunidade de fazer um levantamento naquela ocasião parcial dos estragos causados pela chuva e de sugerir medidas, não só para prevenir os outros dois blocos de prejuízos que são exatamente, o bloco de prejuízos causados à nossa malha rodoviária, principalmente e até a danificação de prédios públicos e o terceiro bloco de prejuízos que são as per-

das agrícolas.

Então nessa reunião de Santa Catarina, tivemos oportunidade de levar aos dois Ministros, um levantamento parcial da situação dos danos causados naquela ocasião, posteriormente já complementamos as informações levadas a Santa Catarina e já enviamos a Brasília e já tivemos a ocasião de receber a informação de que alguma coisa já está sendo providenciada no plano federal.

Do Ministro do Interior, nós recebemos um telefonema, na semana passada, depois complementado pessoalmente no encontro que tivemos no Rio de Janeiro na sexta-feira, e na terça-feira passada, portanto a menos de uma semana, tivemos a visita pessoalmente do Secretário Executivo da CNDU - Coordenadoria Nacional de Desenvolvimento Urbano e também da SUDESUL, da Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul.

Eles então nos traziam informações, de que o Presidente da República já havia autorizado a título emergencial, a título de urgência, a liberação de recursos aos três Estados do Sul.

Nesta primeira etapa, fomos informados de que a metade dos recursos, na ordem de um milhão e meio, seriam destinadas a Santa Catarina em função da maior extensão naquela oportunidade do encontro, dos prejuízos daquele Estado e também aliado ao fato da maior densidade de prejuízos em Santa Catarina, naquela oportunidade, havia ainda um outro fato também reconhecido pelo Paraná e pelo Rio Grande do Sul, de que Santa Catarina, neste instante, passa até por dificuldades financeiras maior do que os outros dois Estados.

Então, nesta primeira etapa, fomos informados que metade desses recursos seriam destinados a Santa Catarina portanto, setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros, enquanto que os outros cinquenta por cento seriam rateados entre o Rio Grande do Sul e Paraná, em proporções iguais, ou seja, vinte e cinco por cento que dá trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros para cada um dos dois Estados, mas já informados também de que neste elenco de medidas adotadas na última reunião do Conselho Monetário Nacional, foi instituído o que se chama vulgarmente de Imposto Calamidade para atender os fenômenos da enchente no Sul e da seca no Nordeste.

E o Ministro do Interior nos informava que ele não tinha condições de fazer uma previsão de quanto em recursos poderiam ser destinados aos Estados do Sul. Mas, ele imaginava e depois iria confirmar isso, provavelmente até o final desta semana que estamos hoje iniciando, ele informaria com mais precisão a estimativa dos recursos deste Imposto Calamidade poderia gerar para auxiliar os Estados do Sul.

Ele acreditava que na ordem de quatro ou cinco bilhões de cruzeiros, poderiam numa segunda etapa vir reconhecendo o próprio Governo Federal através da palavra do Ministro do Interior de que estes trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros eram quase que uma gota d'água em função da imensa necessidade que temos de reparação dos danos causados. E também, nos informava que por ocasião da distribuição na segunda etapa desses recursos gerados pelo Imposto Calamidade haveria uma compensação ao Paraná e ao Rio Grande do Sul em função da disposição destes primeiros recursos liberados.

Pedía-nos na terça-feira passada, o Superintendente da SUL, que elaborássemos um plano de aplicação para esses recursos.

Esse plano de aplicação já está praticamente pronto e depois, principalmente, com os Senhores Prefeitos e para reconhecimento e debate com os Senhores Deputados, eu imagino que os nossos companheiros Secretários irão explicar e dar conhecimento aos Senhores deste plano de aplicação para, naturalmente, nós estabelecermos um critério, mas que não é coisa definitiva e poderá por entendimento da própria Assembléia e dos Prefeitos e demais comunidades da Assembléia ser modificado.

Com isso, são as informações que nós poderíamos prestar. Da nossa parte também, a médio e a longo prazo, quer dizer, esse médio e longo prazo é em função dos primeiros socorros que eram urgentes, eram emergenciais e que foram liberados. Mas, são médio e longo prazo, curtíssimos também.

Mas, nós também, aqui na área estadual, apesar de todas as dificuldades financeiras, estamos apontando algumas providências no sentido de ajudar a restabelecer a normalidade no que diz respeito a obras de competência do poder público estadual, como também ir ao encontro das necessidades das Prefeituras Municipais e colocar em suas malhas urbanas rodovárias à nível municipal em condições de normalidade para podermos possibilitar o escoamento do restinho da safra de verão que ainda permanece em áreas, sobretudo, em áreas isoladas até o presente momento e também, para fazer face às novas colheitas que vêm vindo aí como a de café que já deveria ter sido começada a quase trinta dias atrás e que só agora com esta estiagem está sendo possível ser iniciada.

Então, no plano estadual nós tratamos de agilizar a liberação de recursos do PRO-SAFRA, que não é muita coisa a cada município, mas considerando que paraticamente, todos os municípios fora do PRO-RURAL, fora daqueles que já estão enquadrados no programa do PRO-RURAL, nós estamos praticamente liberando para o restante dos municípios.

Então, em termos de volume global, isto para nós, neste instante, representa ao anteciparmos a liberação destes recursos que imaginávamos poder fazer até o final do ano. Então, ao agilizarmos e procurarmos liberar o mais rápido possível, portanto, já no primeiro semestre, os Senhores imaginam que em termos globais isto representa uma pressão, sobretudo, uma pressão no nosso caixa do tesouro, que já está com um déficit, que ainda não conseguimos equacionar, a estas alturas fazendo uma pressão praticamente insustentável no nosso Caixa, porque todo o déficit orçamentário que a gente não consegue até a metade do ano equacionar é evidente que a cada mês que passa a pressão sobre o Caixa vai se tornando mais grave, mais difícil.

Mas, apesar de tudo isso, dando prioridade a este assunto que nos parece da maior importância para o Paraná, senão os prejuízos indiretos que esta chuva pode causar poderão ser muito maiores e mais graves do que os prejuízos diretos já causados até agora, então é por esta razão que nós resolvemos fazer todo o tipo de esforço que estiver ao nosso alcance para conseguir mesmo a despeito de pressão de caixa liberar estes recursos para possibilitar às Prefeituras algum atendimento.

Então com isso vai dar cerca de duzentos e cinquenta, duzentos e sessenta milhões de cruzeiros que alguma coisa já foi liberada, outras estão sendo e outras ainda dependendo da Assembléia, que eu pediria que esta semana, que é praticamente a última semana parlamentar, antes do recesso, a Assembléia, e aqui faço este apelo aos Senhores que nos possibilite, hoje mesmo eu estou enviando mais duas Mensagens que praticamente termina em termos de atendimento a todos os municípios que têm direito a receber o PRO-SAFRA.

O PRORURAL também, logo que assumi eu achei que havia algumas distorções neste programa, então numa das reuniões de secretariado nós tomamos a decisão de paralisar desde o dia 15 de março o PRORURAL, para reexaminar a programação administrativa do PRORURAL, até foi muito bom que tivéssemos adotado esta providência porque depois em função da calamidade veio se confirmar que houve bom senso de nossa parte, porque em função desses estragos nós pudemos propor ao BID, que é o financiador desse programa, as alterações, e alterações no sentido de atendimento a esta emergência.

Para que tenham uma idéia, um volume substancial de fundos do PRORURAL estavam destinados a um sub-programa que visava a criação de Centros Sociais Rurais.

Ora, numa hora em que a área rural está sem ponte e sem estrada, acho que seria até uma falta de bom senso extremo se a gente fosse, e a população nem iria entender que nós, obrigados por um convênio, por um contrato de financiamento, estávamos aplicando recursos em Centro Social Rural, quando não havia nem possibilidade de escoar safra agrícola, interrompida por falta de condições nas nossas estradas e por falta de pontes ligando determinadas áreas de inúmeros municípios do Paraná.

Então foi providencial que nós tivéssemos dado uma parada no programa para revê-lo, porque agora em função dessa calamidade, nós pudemos levar ao BID, pelo menos no setor rodoviário, já, a sugestão já aceita pelo BID, de que deveríamos aplicar uma parte desses recursos destinados ao lazer, à reconstrução imediata de pontes, bueiros e pontilhões.

Então é possível que contemos, esta semana deve vir aqui o representante do BID ao Paraná, quando então junto com nossa equipe, vamos decidir com ele em termos já formais, em termos de revisão formal deste programa, as prioridades.

Mas, já podemos antecipar que de dois a dois e meio milhões de dólares, nós vamos poder remanejar de um sub item para o de reconstrução de pontes e pontilhões e outras obras de arte indispensáveis ao restabelecimento do tráfego nas estradas intermunicipais e das estradas estaduais.

Esta também já foi uma providência adotada, além disso estamos, também, antecipando os recursos colocados na nossa contrapartida em termos do Programa do PRONOROESTE, que visa o combate à erosão urbana, nós estamos também antecipando, do segundo semestre, para este, uma parcela, Nelson, de cerca de trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros. Essa parcela destinada, porque a parcela do primeiro semestre nós já havíamos liberado, a parcela do segundo semestre, nós nos entendemos com a SUDESUL, e a SUDESUL vai antecipar sua parcela do segundo semestre deste ano, e nós também estamos antecipando para atender, com maior urgência, aos municípios enquadrados no Programa PRONOROESTE. Então, tem o PRONOROESTE, tem o PRORURAL, o PRO-SAFRAS, e, em cima de tudo isso, nós estamos tentando, com muito sacrifício, entre a Coordenação, digo, sob Coordenação da Secretaria de Finanças e com a participação das nossas entidades financeiras, notadamente o Banco do Estado do Paraná, recursos da ordem de um bilhão de cruzeiros, para socorrermos aqueles municípios dentro de um critério que vise o atendimento coordenado a todos os municípios; então, aqueles que já estiveram no PRORURAL, talvez um pouco mais, ou um pouco menos, nós estamos ainda estabelecendo um critério para distribuição desses recursos, mas é evidente que nós temos que fazer uma conta de chegada para que algumas regiões já beneficiadas por algum programa específico, como é o caso do PRONOROESTE, PRORURAL, PROSAFRA; o PROSAFRA, então, há já um certo equilíbrio. Nós queremos ainda nesse recurso restabelecer o equilíbrio maior entre, é evidente que nós temos que levar em consideração, quando eu falo em equilíbrio, eu tenho que levar em consideração a maior ou menor gravidade de incidência do fenômeno das chuvas em uns municípios, e função de outros. Nós não podemos nivelar, nesta hora, todos os municípios; temos que ir em socorro, mais urgentemente e com os recursos necessários, daqueles municípios mais duramente atingidos. Acho que isso é evidente.

Então, essas são as providências que já foram tomadas, que estão sendo, ou que ainda possam vir a ser tomadas em função de podermos, o mais rapidamente possível, fazermos o nosso Estado voltar à normalidade.

Então, essas são as informações e peço licença aos Senhores, vou ter que me retirar porque dentro de menos de vinte minutos eu devo receber o Embaixador da Iugoslávia, em Palácio, e, logo a seguir terei que ir a Brasília, numa comissão juntamente com o Secretário de Agricultura, com uma Comissão de represen-

tantes da lavoura do Paraná, para uma audiência que, afinal, anteontem foi confirmada pelo Ministro da Agricultura para amanhã, às oito horas da manhã. Então, vamos ter que chegar até hoje à noite, ainda, a Brasília, e nessa Comissão estou indo eu, o Secretário da Agricultura Claus Germer, e ainda os representantes das diversas entidades da agricultura, a Comissão de Agricultura da Assembléia está convidada para ir, a FETAEP, a FAEP, a BASEM, a Associação dos Produtores de Sementes do Paraná, Associação Paranaense dos Suinocultores, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, além de outras entidades que também estão sendo convidadas através da Secretaria da Agricultura, de deixá-los, agora, para a discussão; estou aqui muito bem representado pelos Deputados, pelos Prefeitos, pelos Secretários, e todas as decisões que emanarem deste Fórum de Debates, desta Comissão Especial da Assembléia, serão por todos nós, principalmente por mim, fielmente acatadas.

E eu, mais uma vez, saúdo esta iniciativa da Assembléia, e saúdo, sobretudo, os novos tempos do Paraná. Eu só lamento que estes novos tempos, de discussões sempre como esta, bastante aberta, democráticas, tenham surgido em nosso Estado numa hora de extrema gravidade. Mas, quem sabe, exatamente, é nesta hora, de extrema gravidade que nós encontramos a inspiração. Só podemos conviver democraticamente, abertamente, superando nas horas necessárias, e na hora que os interesses maiores do Paraná nos exigirem as nossas divergências político-partidárias, para somarmos todos os nossos esforços.

E desde já quero aproveitar este Fórum que a mim comove, entusiasmo, para lançar uma campanha em todo Paraná; sobretudo uma campanha destinada, através dos Prefeitos, dos Deputados, aos nossos agricultores para que eles voltem a ter o entusiasmo que sempre tiveram e fizeram do Paraná o maior produtor agrícola do Brasil. E para que eles, agora, junto, e com a nossa cobertura, vamos produzir ainda mais no ano que vem, do que produzimos neste ano, para compensar as perdas deste ano.

Então, vamos plantar mais, vamos trabalhar mais, vamos nos unir, vamos chamar para este grande mutirão, o Governo Federal que, até o presente instante, não tem faltado. É bem verdade que com poucos recursos, mas nós sabemos entender, patrioticamente, as dificuldades do atual momento econômico nacional. E, principalmente, desenvolvendo a criatividade que surge exatamente de encontros como este, é que nós podemos tirar o maior proveito com os poucos recursos que as três esferas de poder, neste instante, estão conseguindo colocar à disposição de toda a coletividade.

Então, eu saúdo este empreendimento, e, de nossa parte, asseguro total cobertura e fiel cumprimento a tudo que vier decidido deste fórum.

O meu muito obrigado, Presidente, pela oportunidade que estamos tendo de poder, através do Legislativo, discutir abertamente com as lideranças comunitárias, os assuntos que nos afligem e espero e confio em Deus, que as portas lá do alto não estarão fechadas para nós. Acho que Deus nunca fecha a nós, homens, todas as portas, e certamente há de deixar um pouco mais aberta a porta que há de nos levar ao restabelecimento da normalidade, para que o Paraná não falte mais uma vez ao Brasil, nesta hora grave e séria, produzindo, voltando a trabalhar e produzindo aquilo que não só o povo do Paraná precisa, mas que o Brasil inteiro precisa e só o Estado do Paraná, graças à generosidade da providência divina, colocou à nossa disposição.

Então, vamos exercitar a nossa criatividade, vamos arregçar as nossas mangas, vamos ter o entusiasmo para que a população não perca a esperança!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência solicita aos Srs. Líde-

res das duas Bancadas, nesta Casa, do Sr. Chefe do Cerimonial, que acompanhem Sua Excelência o Sr. Governador, até à saída deste Poder.

(Pausa).

Não vamos interromper os nossos trabalhos, porque o tempo nos é curto.

Quero convidar os presentes para, rapidamente, assistirmos um documentário que será reproduzido através de um "video-tape" cujo trabalho foi elaborado pelo Canal 12, da Televisão Paranaense, para que os Srs. tenham uma visão nítida e global dos problemas que o Paraná enfrenta, neste momento.

(Projeta-se um documentário "video-tape" de televisão)

(Após projeção de "tapes" de televisão).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Secretário do Estado do Planejamento, Professor Belmiro Valverde Castor.

O SR. PROFESSOR BELMIRO VALVERDE CASTOR — Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Sr. Primeiro Secretário, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados e demais autoridades.

Uma imagem fala mais que mil palavras e eu acho que as imagens que nós vimos na televisão são bastante eloquentes e eu não gostaria também de ser repetitivo em relação ao amplo quadro que já foi traçado tanto pelo nobre Deputado Trajano Bastos como pelo Governador José Richa em relação às extensões dos danos. Além disso seria, embora desesperada mesma, porque teremos várias discussões das áreas setoriais afetadas a cada um dos aspectos do problema. Eu queria então apenas me restringir a tratar especificamente de alguns aspectos afetados à área do planejamento e voltados para as providências que o Governo está tomando no sentido de atender a calamidade que nós estamos vivendo.

Nesse aspecto, nesse sentido apenas quero detalhar um pouquinho aquilo que o Governador já expôs na sua oração em relação às providências na área da SUDESUL, na área do PRORURAL e em outras áreas. Bom, a partir do momento em que nós começamos a trabalhar sob a condução do Governador e sob a égide da Defesa Civil, foram empossados vários levantamentos de danos sofridos no Estado. A Secretaria dos Transportes, por exemplo, fez um levantamento de toda a rede viária, de toda a malha viária afetada, e o Ministério do Interior deu no seu protagonismo da Presidência da República, considerou que os diversos danos que tenha sido sofrido no Estado, aqueles que poderiam ser objetos de um programa mais imediato por parte do Governo Federal é um programa de recomposição da malha viária. O Deputado Deni Schwartz, Secretário dos Transportes, depois vai tratar com maior eficiência e com maiores detalhes.

Mas, neste sentido, eu queria apenas mencionar que (ininteligível) que foram então prometidos na exposição de motivos do Ministério do Interior, aprovado por Sua Excelência, o Presidente da República, ter verbas na recomposição da malha viária e mais essencialmente a recomposição das pontes que foram danificadas ou destruídas. Então a Secretaria, justamente a Secretaria de Segurança e Secretaria dos Transportes, devido o problema dos transportes, procurou estabelecer exatamente estabelecer quais seriam os critérios equânimes de utilização desses recursos de 375 milhões de cruzeiros, e os critérios foram basicamente os seguintes: como fazia um levantamento cadastral bastante detalhado das obras que tinham sido danificadas e seus respectivos danos, tanto em termos físicos como financeiros, estabeleceu-se que os recursos seriam divididos proporcionalmente aos danos escritos, ou seja, estabeleceu-se um valor proporcional ao dano sofrido pelo município, havendo, então, um arredondamento da importância da rede divisória para o mínimo de um milhão de cruzeiros.

Através desses critérios que estão à disposição de todos os

Senhores Prefeitos para ver como é que eles foram aplicados. Então, considerando que na área de pontes municipais, tivemos cerca de três milhões e seiscentos mil cruzeiros, imagina-se que os recursos da SUDESUL sejam capazes, separando-se trinta e quatro com fundo de reserva de contingência para e eventualidade de nós termos alguma aplicação imediata por um fator concernente de gravidade inesperada. Então esses recursos seriam capazes de compensar os municípios por cerca de dez por cento dos danos que sofreram.

Bom, esse trabalho está praticamente pronto e será submetido à SUDESUL para efeitos de aprovação. Eu e o Secretário Deni Schwartz estaremos à disposição dos Senhores para discutir a aprovação desses critérios. Agora nos pareceu também que esses recursos eram (ininteligível). É claro que eles representam uma participação importante do Governo Federal longe de nós, estarmos minimizando a participação, mas apenas em vista do volume de dados de danos que foram sofridos, esses recursos eram relativamente inexpressivos. De um lado, há promessas junto ao Governador, de que esses recursos sejam apenas a primeira parte de recursos bem mais substanciais que seriam repassados ao Governo do Estado, através do Ministério do Interior. E para essa nova e eventual distribuição, já estão mobilizados, tanto a área de segurança, de transportes e nós próprios, para que nós possamos nos habilitar no momento em que esses recursos seriam definidos. A SUDESUL já recebeu dois outros relatórios, a partir do primeiro relatório, de Chapecó, já foram apresentados dois outros relatórios porque, como se sabe, após aquela data, houve a ocorrência de várias chuvas, que ampliaram significativamente o número de municípios em estado de emergência. Então essas novas municipalidades já foram apresentadas à SUDESUL para efeito de aprovação de recursos em relação a este segundo eventual aporte do Governo Federal. Agora, um importe bem mais substancial como mencionou o Governador, é possível na área do PRORURAL. Como se sabe o PRORURAL é um projeto de apoio integrado ao pequeno produtor, que atinge mais ou menos todas essas áreas do Sul do Estado, são 62 municípios, na bacia do alto e médio Iguaçu e na bacia do alto Tibagi e na bacia do Ribeira. Nessas áreas, são 62 municípios, há 33 que estão no estado de emergência e 29 que sofreram chuvas bastante acentuadas, embora não tivessem chegado à declaração de estado de emergência.

O programa original do PRORURAL estabelecia uma outra metafísica de construção de cerca de 1.500 metros de pontes, como sendo parte do subprojeto, de áreas rurais, projeto este dos quais, desse 1.500 metros de pontes, 513 já estão em execução pelo DER. A partir de negociações com a Secretaria de Transportes, parareceu então que seria extremamente oportuno se nós apresentássemos ao BID e ao financiador do PRORURAL, uma proposta para ampliar a meta de pontes na região do PRORURAL, acrescentando, chegando ao invés dos 1.500 metros de ponte, no mínimo 3 mil metros de pontes. Pontes estas, inclusive de maior qualidade do que as que foram destruídas. Porque como demonstrou o Secretário Deni Schwartz, nós estamos assistindo a uma repetição monótona da qualidade que gozam as mesmas pontes e que renovam os problemas da decomposição da área viária, pelas grandes chuvas que nós sofremos. É da maior importância, da maior urgência, que nós realmente façamos e demos um passo a mais no sentido de criar em relação a essa rede viária, um pouco mais de estabilidade. E isso seria conseguido através da construção de cerca de três mil metros de pontes que atenderiam mais da metade dos danos das pontes sofridas, muitas são as pequenas pontes, e que dariam a essas pontes, maior estabilidade, pelo fato de que são pontes de maior categoria; pontes mistas, principalmente ponte mista de concreto e de madeira e em alguns casos especiais de pontes de maior porte, pontes de concreto. Para isso, era necessário que o BID fizesse essa e aprovasse uma forma mais expedita de contratação dessas pontes, embora nós

pudéssemos usar recursos locais. Também era interesse nosso, de se criar e determinar a contratação dessas pontes, como uso de recursos e criar a oportunidade de uso de trabalho local, como também possibilitar que a renda fique em cada um desses locais, dando ocasião a pequenas firmas localizadas no interior, participarem de um trabalho como esse. É claro, além do que, nós ganharíamos em tempo. Esse contato que foi feito inicialmente pelo Secretário Nelson Friedrich e eu com o representante do BID, que se mostrou muito receptivo a essas duas propostas nossas, ou seja a ampliação da meta e o aligeiramento dos procedimentos de contratação dessas pontes. Prometeu-nos e cumpriu fazer um contrato no dia seguinte. Nós estamos agora ultimando uma solicitação ao BID no sentido de que ele formalize essa autorização. Temos grande esperanças de que até o fim da semana, tenhamos formalizado essa negociação e que posamos passar do planejamento à execução, através dessas pontes. Uma terceira fonte de recursos que eu quero mencionar, é a relativa à região metropolitana. Que é da alçada através da Secretaria da COMEC, nós estamos alheios da inclusão em Curitiba, entre estes municípios beneficiários de recursos que virão da Secretaria do Ministério do Interior, há um programa específico de controle de enchentes do Rio Iguaçu, que é o de controle mais exótico em relação a amplas áreas de Curitiba.

Existe já a proposta bastante concreta, de regularização da Bacia do Rio Iguaçu, através não só da implantação do reservatório do Iraí e do Piraquara II, que poderiam servir como reforço e reguladores de cheias, além de que seria então feito uma série de trabalhos na área da Bacia do Iguaçu, visando estabelecer reservatório de emergência, de modo a que nós pudéssemos fazer a retenção dessas águas excedentes, que ligados então a uma série de elementos de engenharia aos quais não estou habilitado a discutir, porque não entendo em profundidade, mas ligado ao problema do escoamento disciplinado das águas, então permitira que nós tivéssemos em relação a ampla área de Curitiba e região metropolitana de São José dos Pinhais um controle eficaz das enchentes que atualmente são causadas pelo Rio Iguaçu, esses trabalhos somam cerca de cento e sessenta milhões de cruzeiros para uma primeira etapa.

Nós gostaríamos ainda ultimar negociações para conseguir recursos adicionais na ordem de quatrocentos milhões de cruzeiros, para que pudesse haver um conjunto de desapropriações que realizaria então esse tipo de tratamento do Rio Iguaçu.

O que vai ser feito obviamente em contato e em cooperação com a Secretaria do Interior, com a Prefeitura Municipal e com o BNH que é o órgão federal encarregado das enchentes.

A última palavra que eu queria trazer, é que apenas não se trata de repetir mais uma vez as dificuldades que esses fatos acarretam no Estado, mas eu queria lembrar apenas que no momento em que nós estamos numa situação orçamentária extremamente pesada, cada uma dessas novas situações desses recursos, significará de alguma forma o atingimento negativo aos projetos em andamento e em cada uma das áreas que estão sendo obrigados a deslocar recursos dessa área nós estamos deixando de poder atender a programação normal.

Então nós temos certeza de contar com a colaboração e compreensão, principalmente dos Deputados e Prefeitos Municipais, de que este é um fator agravante da situação e que nós pretendemos superar relativamente a curto prazo, com ajuda dos Senhores.

Eu fico à disposição para perguntas, esperando que eu tenha sido breve em relação a esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Eu consultaria se as dúvidas que possam surgir com a sua explanação, sejam feitas logo em seguida ao seu pronunciamento ou após o pronunciamento.

to dos demais Secretários.

O SR. BELMIRO VALVERDE CASTOR — Após todos os Secretários falarem, aí os Srs. Prefeitos, Vereadores e Deputados que tiverem alguma questão a levantar, por gentileza anotem e vão pedindo a palavra na sequência e pela necessidade que tiverem esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, em seguida, a Sua Excelência, o Secretário da Agricultura, Engenheiro Agrônomo, Sr. Kleber.

O SR. KLAUS KLEBER — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Prefeitos, Vereadores, demais participantes deste encontro.

Ao apresentarmos hoje o nosso levantamento das perdas provocadas na agricultura paranaense pelas chuvas, nós já tínhamos, infelizmente, a lamentar um outro golpe da maior importância da nossa agricultura, constituído pelo pacote, chamado pacote econômico, desfechado sobre a agricultura nacional na semana passada.

Os efeitos nós ainda teremos eventualmente, por efeitos mais definidos, concretos, nós teremos ainda que quantificar.

Na semana passada, apresentamos no início da semana, fizemos uma avaliação das perdas que agora estamos procurando detalhar, uma vez que as condições de tempo, inclusive, facilitam isso.

Todos já devem ter conhecimento destes dados que elevaram os prejuízos causados à nossa produção agrícola, somente neste período das últimas chuvas a cerca de quarenta e oito bilhões de cruzeiros, que somados aos prejuízos já verificados no final do ano, no início deste, especialmente, nas safras de algodão e de feijão, um conjunto de cerca de cem bilhões de cruzeiros, como aqui já foi há pouco colocado. E em termos de volume cerca de um milhão e cem mil toneladas de grãos.

Resumidamente, nós tivemos uma perda de soja estimada em cerca de 160 mil toneladas ou 12,5 bilhões de cruzeiros; milho cerca de 350 mil toneladas e em torno de 15 bilhões de cruzeiros; feijão da seca cerca de 22 mil toneladas ou mais 3,5 bilhões de cruzeiros aproximadamente; batata da seca, 34 mil toneladas em torno de 4 bilhões de cruzeiros e girassol em torno de 17 mil toneladas, 1,1 bilhão de cruzeiros.

E tivemos a lamentar também devido as chuvas o início de verificação de perdas na safra cafeeira. A estimativa nesse momento, ainda válida àquela da semana passada, até que nós tenhamos possibilidade de uma quantificação mais precisa é de um total em torno de 275, 280 mil sacas de café perdidos, totalizando cerca de 11 bilhões de cruzeiros. E uma perda estimada de qualidade num volume de aproximadamente de 0,5 milhão de sacas que provocará um prejuízo adicional.

Portanto, o total conjunto nos dá uma soma de em torno cem bilhões de cruzeiros acrescidos todos os prejuízos desde o final do ano...

Nós tivemos, desde o início das chuvas, desde que começaram a se verificar as dificuldades de colheita e as perdas materiais, estivemos acompanhando a evolução destas perdas e imediatamente procurando junto às autoridades federais, especialmente, no que diz respeito a situação do crédito rural obter providências que permitissem minorar os problemas enfrentados pelos agricultores.

Eu gostaria de dizer que nós temos, fizemos uma lista das perdas, inclusive, para fins da nossa negociação amanhã em Brasília, em três tipos.

Entre os agricultores, nós temos aqueles que fizeram operação de financiamento de crédito rural e temos aqueles que não têm os financiamentos, que por serem pequenos produtores na sua maioria, talvez tenham sofrido perdas que mesmo em quantidades e volumes menores tem um significado relativo maior e ao mesmo tempo, constitui uma camada da população rural,

nesse caso específico de mais difícil atendimento, uma vez que aqueles que têm financiamentos pelo próprio fato de para isso terem se cadastrados, os bancos possuíram uma informação bastante detalhada, existe mais facilidade, pelo menos administrativa, uma vez decidida uma operação de ajuda, existe uma facilidade maior de se proceder a este atendimento.

No entanto, estamos também tomando providências no sentido de oferecer uma ajuda a esses produtores e obter do Governo Federal, naquilo que for possível e naquilo que nossas possibilidades financeiras não forem suficientes, obter das autoridades federais colaboração.

Nós temos um caso mais concreto que é a safra de feijão, todos sabem que o plantio começa mais ou menos no dia 01 de julho, em algumas regiões, nós já estamos no dia 20 de junho, portanto em breve o plantio se iniciará e há problemas com esses agricultores, muitos dos quais, sem condições financeiras até mesmo de obterem sementes, e nós estamos nesse sentido fazendo um levantamento bastante expedito para dimensionarmos as necessidades e introduzirmos um programa, quem sabe de distribuição de sementes contra a entrega de produtos, por intermédio da Cafe do Paraná.

Então nós teríamos possibilidades de bastante rapidamente fazermos um levantamento desses agricultores e a partir do início de julho, levarmos a eles, a esses mais necessitados nós estabeleceríamos limites bastante restritivos, de modo que efetivamente, nós pudéssemos através dessa providências atender apenas aqueles que fossem encontrar maiores dificuldades, dificilmente poderiam obter sementes ou ajuda de um modo geral.

Eu teria que acrescentar a essas perdas que foram quantificadas em volume e em valor, a dificuldade de plantio de trigo, que tomou exceto na região Norte, onde apenas uma pequena parte do que se esperava ser plantada não conseguiu ser plantada, mas nas regiões Oeste e especialmente Sudoeste e Centro-Sul, as chuvas tornaram especialmente difícil o plantio, e portanto, existe uma estimativa neste momento de uma redução na área, em relação àquilo que se esperava inicialmente.

Ao levantar os prejuízos deixados pelas chuvas, mobilizamos esta Comissão que já está sendo chamada de Comissão Permanente da Agricultura, reunindo as diversas entidades representativas dos diversos setores da agropecuária, a fim de receber as suas informações, receber através delas as suas reivindicações, encaminhadas pelos seus associados, de nos reunirmos numa Comissão que, fosse a Brasília e em conjunto encaminhasse às autoridades federais, levando pela sua presença um testemunho mais vivo das nossas dificuldades e aliás dando as sugestões sobre as medidas que consideraríamos adequadas em cada caso.

Realizamos uma reunião logo no início das chuvas, dessa Comissão em que se listou os principais prejuízos verificados, os principais problemas enfrentados pelos agricultores e se apresentaram diversas sugestões no sentido de que aquelas dificuldades fossem sanadas através de medidas relacionadas com o crédito rural, com os agricultores que tivessem operações de financiamento, ou então medidas destinadas a fornecer recursos para o atendimento aos agricultores que não têm financiamento.

Na semana passada, esta Comissão teve uma reunião com o Governador e durante a semana, como vínhamos fazendo antes, fizemos algumas viagens ao interior, estivemos em Ponta Grossa, reunidos com associados da Cooperativa, depois em Pato Branco e em Londrina, procurando verificar a situação no próprio local ou receber as sugestões, da expressão das necessidades desses agricultores dessas diversas áreas, e na sexta-feira à tarde, conforme já foi informado, nós tivemos uma reunião dessa Comissão com representantes das Cooperativas, dirigentes de cooperados vindos do interior, para fazer debate final sobre os prejuízos e sobre as formas, as sugestões mais adequadas a serem encaminhadas nessa reunião de amanhã, em

Brasília. E daí, nós temos um, obtivemos um documento em que nós sintetizamos esses diversos problemas e o modo pelo qual algumas sugestões, algumas maneiras que poderiam permitir minorar os problemas dos agricultores.

Bom, em relação aos agricultores que tenham financiamento bancário, nós estamos solicitando uma prorrogação dos pagamentos, que seriam, inclusive, o que já foi estabelecido na Circular 776, do Banco Central, que foi baixada no fim de maio, estamos sugerindo que nos casos dos agricultores que tenham tido mais de uma frustração, que não é infrequente, que se considere até mesmo a suspensão da cobrança de juros a partir do momento do vencimento deste último financiamento. Nós temos casos de agricultores que, por exemplo, de feijão, cuja perda foi muito grande, da safra das águas, que tiveram a frustração do feijão, depois houve a frustração, agora, no próprio caso do milho, enfim, temos casos realmente dramáticos em que seriam necessários adotar medidas também de maior alcance para que se pudesse dar um atendimento efetivo.

Eu gostaria de acrescentar, especialmente na região Sudeste, Sudoeste, isso não quer dizer que em outras regiões não tenham problemas sérios, mas é uma região que se caracteriza de um modo muito especial com um número muito grande de pequenos agricultores, que neste momento, segundo notícias que temos a visitas locais conversando com agricultores e seus representantes, existe um contingente muito grande procurando vender as propriedades, em dificuldades, procurando sair do meio rural. E nós necessitaríamos, realmente, além de obter medidas de apoio financeiro, de apoio à sua produção neste ano, de uma retomada da confiança desses agricultores na agricultura, sem o que nós teremos, efetivamente, um êxodo rural muito sério naquela região.

Está sendo sugerido também que a cobertura, que se forneça cobertura integral do PROAGRO nas culturas atingidas pelas intempéries, que estamos experimentando, agora.

Também estamos sugerindo que seja estendida ao Paraná, agora na safra de verão, benefício similar ao que foi oferecido ao Nordeste nesta última Resolução 827, da semana passada, que mudou, que aumentou, que elevou as taxas de juros do crédito rural, na qual se faz uma exceção ao Nordeste, permitindo que taxas de juros, anteriormente vigentes, continuem em vigor nas áreas mais atingidas pelas secas.

Também estamos sugerindo, em relação ao trigo, uma vez baixada a Circular 827, uma vez que a safra do plantio de trigo ainda não terminou, se ela entrar em vigor para os plantadores de trigo, das culturas de inverno, em geral, a partir do dia 10 de junho, nós teremos uma situação esdrúxula: os que plantaram antes do dia 10 de junho, contratando seus financiamentos nas condições anteriores; e os que plantam, os que tiverem que plantar após o dia 10 de junho, teriam que contratar os financiamentos a uma taxa de juros quase dobrada, agora a oitenta e cinco por cento das ORTNs, mais três por cento, considerando a ORTN deste último período, e no caso a nova disposição se refere a uma fixação pós-correção, mas nós teríamos, então, uma situação completamente anômala, de uma parte dos agricultores pagando uma taxa de juros quase dobrada em relação aos que fizeram os plantios antes.

Os pequenos agricultores não beneficiados do crédito rural nós estamos sugerindo esses recursos do Decreto-Lei 2030, também baixado na semana passada, que se refere à cobrança de adicional de dez por cento de imposto de renda, que parte desses recursos sejam destinados ao atendimento de pequenos agricultores que não tenham operações de crédito rural através do financiamento de sementes do modo como expliquei aqui há pouco — e de, na medida do possível adiamento às Prefeituras, para darem conta do emprego de uma grande parte desses pequenos agricultores, até mesmo ajuda alimentar no caso em que, de pequenos, de agricultores muito pequenos que também estamos procurando levantar a situação mais precisamente. Há

alguns outros casos, por exemplo, que estamos citando em terceiro lugar, o caso, por exemplo do milho: nós tínhamos uma perspectiva de uma safra razoavelmente grande, no Paraná, e assim mesmo havia uma preocupação dos criadores, de aves, suínos, gado leiteiro etc., de que — a preocupação no sentido de que o milho não fosse retirado do Paraná, agora, e, depois, como tem acontecido frequentemente, tivesse que ser comprado em condições muito desfavoráveis. E, como no início da colheita do milho não havia recursos à disposição nos Bancos para empréstimos ao Governo Federal, havia apenas recurso para ACF — quer dizer, aquisição do Governo Federal, uma grande parte do milho foi colocado nas cooperativas e nos armazéns distribuídos pelo Estado, em AGC, portanto, pertencendo à CFP, e estão agora, sendo retirados. Nós já fizemos essa solicitação anteriormente, e estamos levando novamente essa preocupação amanhã, de que o milho colocado no Estado em AGF, não seja retirado do Estado, para que os criadores não tenham, daqui há dois ou três meses, que comprar milho de fora, ao preço talvez duplicado em relação ao preço atual. E estamos muito preocupados, porque, inclusive, ficamos sabendo no sábado, na região de Pato Branco, que apesar dessa comunicação, desse entendimento que estamos tendo, o milho depositado nas cooperativas à conta da CFP, está sendo retirado de lá rapidamente.

Então, nós encaminhamos imediatamente hoje de manhã, um telex à Comissão de Financiamento da Produção, no sentido de que seja sustada essa retirada dos nossos estoques de milho.

Existe também uma situação bastante difícil que os Senhores devem já ter conhecimento, de cooperativas que, no início deste ano, se encontravam em dificuldades financeiras já bastante grandes, assim como outras cooperativas no Brasil inteiro, mas se criou uma linha de crédito especial, através da resolução 761 do Banco Central, permitindo que as dívidas vencidas fossem refinanciadas a taxas correspondentes ao financiamento por crédito rural, e a prazos mais longos, de modo que se facilitasse para as cooperativas, uma renegociação. Acontece que nenhuma dessas cooperativas pode até o presente momento, fazer uma operação de crédito com esse objetivo. Foi formada uma Comissão constituída pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Banco do Brasil e INCRA, que estabeleceu as condições dentro das quais esses recursos poderiam ser obtidos, e essas condições, são, em alguns casos, impraticáveis. Então, estamos levando uma lista de sugestões, que eu não vou ler porque contém uma série de itens, que se destinam a relaxar as condições que estão se relevando realmente impraticáveis. Esta lista foi preparada pela OCEPAR, que participa, também, da nossa Comissão, e está sendo incorporada a esse documento, com o objetivo de viabilizar às cooperativas o acesso a esses recursos que, neste momento, não estão acontecendo.

Finalmente, estamos solicitando, referindo-nos novamente a um problema que vem encarado com a máxima preocupação por todos os órgãos do Governo; foi há pouco exposto pelo próprio Governador, a respeito da erosão do solo. Se essas chuvas nos causaram tantos estragos, tiveram, talvez, o mérito de colocar novamente em evidência pública, de modo até escandaloso, a seriedade da erosão do solo no Estado do Paraná. Todos aqueles que tiveram oportunidade de viajar pelo interior neste período de chuvas, se não davam suficiente importância ao fenômeno, atualmente dificilmente alguém deixou de se impressionar. Nós vimos durante todo este mês de chuvas torrenciais, elas carregando solos avermelhados, carregando verdadeiros condutos de lama, carregando a terra fértil, ao Estado, como se faz ano a ano, e neste ano, talvez, duplicando ou triplicando a quantidade de terras que foram carregadas, proporcionando às chuvas que atingiram, em alguns casos, o dobro, o triplo, e até o quádruplo das chuvas do ano anterior, no mês de maio. É o caso, por exemplo de Pato Branco e Francisco

Beltrão, que não são os mais representativos em termos de erosão, mas onde choveu em maio, quatro vezes mais do que a média normal do mês de maio em uma série de anos anteriores.

No restante do Estado, no Oeste, choveu cerca de três vezes mais, de modo geral em toda essa região, as chuvas foram muito sérias. No Noroeste que é a região, como todos os Senhores sabem, mais atingidas pela erosão, tanto urbana quanto rural, onde algumas das regiões estão em estado de pré-desertificação, o problema é seriíssimo, e se não for enfrentado com todo o empenho, de um modo muito mais rigoroso, e sério, e profundo do que tem sido até hoje, realmente nós corre-mos o risco de ter uma boa parte do nosso Estado, inviabilizada para a agricultura.

Mas eu gostaria, porém, de chamar a atenção para o fato de que, embora no Noroeste o problema seja mais evidente a olho nu, nas nossas regiões mecanizadas, hoje, a erosão é um fenômeno sério, em todas elas, embora às vezes não seja visível tal como no Noroeste, quando se formam aquelas vossorocas muito grandes. É um problema realmente da maior seriedade, a erosão é talvez, hoje, o inimigo público número 01, da agricultura paranaense.

Finalmente, nós chamamos a atenção para a necessidade de se liberar os valores básicos de custeio e preços mínimos de feijão, e já enviamos os nossos cálculos de custo para as CFP(s), que, isto seja liberado, fixado imediatamente, a fim de que os agricultores, que já devem começar a se preparar para o plantio, tenham condições de avaliar a situação diante dos preços mínimos básicos, e do valor básico de custeio, para tomar as suas decisões de plantio.

Eu creio que, nesse ponto seria isto que nós teríamos a apresentar, e gostaria apenas de acrescentar que, a cafeicultura no Paraná, exige também medidas decisivas. Nós temos visto a cafeicultura decrescer, ano a ano, embora exista uma mitologia que isto se deva à geada, portanto a condições climáticas, nós sabemos que não é este o caso; um dos maiores problemas da cafeicultura dos últimos seis ou sete anos, tem sido que, o Paraná está excluído das linhas de crédito de financiamento, para a renovação de cafezais. Nós temos um pequeno plano já preparado para um programa de renovação, que nós temos efetivamente que iniciar com toda a decisão, para o qual nós precisamos negociar recursos, se é que nós desejamos evitar que a decadência da cafeicultura do nosso Estado continue ao ritmo em que está se verificando, hoje.

Eu creio que seria isto o que eu teria a apresentar muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Secretário da Segurança Pública e Coordenador Estadual da Defesa Civil, o advogado Luiz Felipe Mussi.

O SR. LUIZ FELIPE MUSSI — Excelentíssimos Senhores Deputados componentes da Mesa; Excelentíssimos Srs. Deputados do Plenário; Srs. Prefeitos; minhas Senhoras; meus Senhores.

Talvez poucos conheçam as atividades da Defesa Civil que funciona em termos de Coordenadoria, subordinada à Secretaria de Segurança Pública.

Em termos de Defesa Civil, o que interessa é a participação comunitária em sua autodefesa contra os fenômenos anormais e adversos. A Defesa Civil parte do princípio que, nenhum Governo tem condições de prover, sozinho, toda a segurança que a comunidade necessita nesses momentos de crise, razão pela qual, é indispensável que existam organismos, dentro do próprio Estado, que permitam a aglutinação das pessoas, para podermos superar tais adversidades. Nós estamos organizados, no Estado do Paraná, em termos de sistema, todavia, há sistemas que ainda não estão plenamente em funcionamento, daí, que, em razão dessas ocorrências que tivemos no Estado do

Paraná, nós pretendemos dar um novo caráter à Defesa Civil de tal maneira que, ela possa vir a exercer, com eficiência, em futuras crises, se houverem, três tarefas que reputamos fundamentais: em primeiro lugar, uma tarefa educativa; em segundo lugar, uma tarefa preventiva; em terceiro lugar, uma tarefa nitidamente operacional.

A crise que se abateu sobre o Estado do Paraná nos mostrou que, se não organizarmos de modo eficiente a Defesa Civil em termos de voluntariado, até mesmo com recursos orçamentários adequados, com essas atividades nitidamente enquadadas nós não teremos condições de dar à comunidade paranaense, uma resposta imediata que ela tanto necessita nesses momentos. Daí porque, a primeira grande lição, que na área de segurança pública nós apreendemos em relação a essa crise, surgiu a necessidade de organizarmos de modo convenientemente, a Defesa Civil.

Em razão disso, nós estamos montando um determinado plano, está sendo elaborado na área de segurança pública, da maneira que possamos implantar em todo o Estado do Paraná, dentro dessa nova filosofia que envolve a parte educativa, preventiva e operacional, em termos de voluntariado sem quaisquer ônus para o Estado do Paraná mas que nos permitirá ao longo do tempo, que nós tenhamos uma atividade dentro daquela programação estabelecida pelo Governo de participação comunitária e que irá enfrentar de modo conveniente o problema de todas as crises que possam existir.

Os dados referentes à Defesa Civil especificamente, já foram praticamente todos eles desenvolvidos pelas pessoas que me antecederam. Todavia, gostaria de registrar alguns dados que dispomos e que mostram sem dúvida alguma, que a enchente que se abateu sobre todo o Estado do Paraná, atingiu índices realmente altíssimos. A média de variações pluviométricas no Estado do Paraná, segundo levantamentos por nós efetuados, era da ordem de 100 a 150 mm, ao passo que nos meses de maio e junho do corrente ano, chegaram a atingir 400 mm de intensidade. De um total de 310 municípios, no Estado do Paraná, nós tivemos 138 que foram decretados em situação de emergência, ao passo que, na última semana, nós tivemos acrescentados a esse número mais 53 municípios. Portanto, englobando os municípios que estão em situação de emergência com os municípios que tiveram problemas na última semana, nós chegamos a esta cifra de praticamente de mais da metade dos municípios no Estado do Paraná atingidos pelas enchentes.

Os problemas que causaram as enchentes já foram todos eles ponderados, mas, gostaria de enumerar um dado referente aos desabrigados que chegou a 25 mil, incluindo nesses 25 mil as últimas cheias do Rio Paraná, principalmente na cidade de Foz do Iguaçu, Marilena, Guaíra e União da Vitória. Em termos de casas danificadas, os últimos dados apontam a cifra de 2.663 casas que foram parcialmente destruídas com as enchentes.

As atividades de salvamento e primeiros socorros, foram desenvolvidas pela polícia militar através de suas unidades operacionais, tendo sido empregados em torno de mil policiais no atendimento dessas atividades. Nos municípios onde não havia unidades da polícia militar, as prefeituras se encarregaram desse atendimento. E devo anotar aqui o significativo apoio que a comunidade de um modo geral prestou por ocasião desta crise.

De modo geral, nós tivemos um número muito maior de pessoas da comunidade sensibilizadas e envolvidas com esse trabalho, tendo em vista o trabalho também que as prefeituras municipais desenvolveram por ocasião da crise.

Nós tivemos desabrigados instalados em abrigos provisórios, onde receberam auxílio em termos de alimentos, medicamentos e agasalhos. Além do primeiro atendimento dado pela prefeitura, quando mais de 50 toneladas de gêneros alimentícios foram distribuídos, o Governo do Estado através da Defesa Civil, aplicou recursos na ordem de 40 bilhões de cruzeiros.

O problema conseqüente às enchentes, tendo em vista o prolongamento da chuva por mais de trinta dias, não permitiu que trabalhadores volantes desenvolvessem seus trabalhos na agricultura. Em razão disso, praticamente na última semana de chuvas nós tivemos, através de notícias recebidas de diversos municípios do Estado do Paraná, que enfrentar um problema com relação ao desemprego que estava causando essas enchentes. Em razão disso, chegamos a um levantamento de 28 municípios atingidos com problema de trabalhadores volantes; e que envolviam cerca de 67 mil pessoas. Em razão disso também, na área de Defesa Civil, com recursos disponíveis do Governo do Estado, auxiliamos diretamente esses municípios através do envio de alguns alimentos.

Em termos de alimentos foram enviados no total 67 toneladas de alimentos. É claro que a volta a normalidade depende de um esforço conjunto do povo e do Governo, como todos aqui têm salientado. Para se fazer frente aos prejuízos algum sacrifício terá que ser feito. Os recursos disponíveis são seguramente insuficientes para recuperar todas as obras danificadas.

Portanto, entendemos que o momento é oportuno para que possamos despertar cada vez mais o espírito comunitário para que no empenho de cada um, na força do trabalho, representado pela união de todos, nós possamos superar esses obstáculos.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra o Sr. Secretário do Interior, Deputado Federal Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Ilustres Deputados da Mesa, demais Deputados participantes, Prefeitos, Secretários de Estado, funcionários da Casa, homens da Imprensa, a Secretaria do Interior, basicamente nós vamos sintetizar as ocorrências maiores nas diversas empresas da chamada administração indireta.

A COPEL está quantificando em números o seu prejuízo; mas basicamente nós tivemos mais de sete torres derrubadas por ventos ou por água; mais de 250 postes derrubados; duas usinas inundadas: Chopinzinho, no Município de Pato Branco e Rio dos Patos, na Comarca de Prudentópolis. Tivemos também rompimento de condutores, avarias em transformadores, avarias em estradas de serviços, e o mais grave, o incêndio no transformador da sub-estação de Cascavel, com capacidade de 150 mil cadeados, que, pela primeira vez na história da COPEL, aconteceu um fenômeno dessa espécie, porque só este transformador tem um custo acima de 750 milhões de cruzeiros e que atingiram imediatamente 40 municípios do Oeste do Estado do Paraná, que tiveram parcial totalmente o problema do fornecimento de energia.

Na área da COHAPAR - Companhia de Habitação do Estado — basicamente nós tivemos dois problemas cruciais em dois conjuntos habitacionais: de União da Vitória com prejuízo estimado em mais de quatro milhões de cruzeiros e no Distrito de Sumaré, em Paranavaí, com um prejuízo acima de quatorze milhões de cruzeiros, onde em parte desse conjunto, nós temos casas praticamente penduradas devido ao deslizamento, problemas de erosão, conforme até fotografias que possuímos, atestam claramente a situação difícil de alguns conjuntos.

Para ser breve, também na área da SANEPAR nós tivemos mais de 40 municípios com problemas sérios, em especial os Municípios de Foz do Iguaçu, Guarapuava, Pato Branco, Francisco Beltrão, Nova Prata e mais os municípios mais recentemente Telêmaco Borba, Andirá e Uraí. Nós poderíamos sintetizar que na área da SANEPAR nós tivemos um prejuízo acima de 40 milhões de cruzeiros e é na verdade que os valores estão ligados à recuperação e reposição de peças, de componentes danificados, tubulações e acessórios, bem como

despesa de locomoção e de estadia do pessoal técnico, uma vez que a SANEPAR, numa proposta de emergência, deslocou dezenas de equipes de funcionários, melhor dizendo, da sua estrutura de Curitiba para o atendimento aos municípios mais cruciais, como, por exemplo, de Andirá, onde a captação do sistema eletro-mecânico e construção civil foram totalmente danificados com alguns milhões de prejuízos, e assim em quase todos os municípios. Então, portanto, na área da SANEPAR são mais de 40 milhões de cruzeiros e com um problema muito sério que nós temos algumas estações em processo de assoreamento extremamente grande, o que significa algumas medidas que deveremos fazer daqui para frente de cunho definitivo.

Na área da RADIPAR também tivemos alguns episódios, porque temos na RADIPAR noventa e duas estações, ou melhor, duas repetidoras ou retransmissoras das imagens de televisão. Na RADIPAR tivemos alguns casos já que estas estações já foram construídas em situação precária, basicamente em cima da última Copa do Mundo e que agora se tornaram graves, algumas destas torres em que a precariedade está mais visível e a qualquer momento poderemos ter novas interrupções nesta transmissão ou retransmissão de imagens de televisão para várias regiões do Estado.

Basicamente temos na RADIPAR, a maioria das estações, numa das regiões mais castigadas, a do Sudoeste.

Ainda dentro da Secretaria do Interior, neste relato breve, a SUCEPAR poderia ser um resumo da situação mais crítica, porque o agravamento da situação nas cidades que sofrem o fenômeno da erosão, ocasionando a destruição de vias pavimentadas, redes de drenagem fluvial, bueiros e outras obras de infra-estrutura, foi agravado ainda mais. Tivemos uma evolução muito grande de vossorocas de grandes proporções, localizadas próximas ao quadro urbano, e que inclusive algumas delas comprometem ainda mais a segurança de moradores, por obras de controle emergencial já vinham sendo construídas e que foram praticamente perdidas.

Também tivemos prejuízos graves no sistema de estradas próximas às áreas urbanas. Porque não podemos esquecer que a SUCEPAR atua basicamente na área urbana. Dividimos, na área da SUCEPAR, duas situações definidas: primeiro, municípios atingidos pela erosão, com moradias em obra de infra-estrutura, ameaçadas de ruína e que estas obras, segundo levantamentos feitos junto aos próprios Prefeitos Municipais, quanto à erosão urbana, ascendem um custo de mais de 845 milhões de cruzeiros e a segunda situação, municípios atingidos pelas fortes chuvas e que tiveram as estradas interrompidas pela erosão.

Não vou delinear aqui os principais municípios, para não cansá-los. A relação daqueles que temos solicitação emergencial de fornecimento de tubos para bueiros e aqueles municípios em que a área urbana foi bastante atingida por este período de chuvas. Gostaria, para concluir a nossa intervenção, de dizer que temos, na área da SUCEPAR, algumas medidas propostas e que dependem obviamente de recursos. A primeira delas é que sabemos que o Paraná basicamente é constituído de pequenos municípios. Pequenos municípios aparentemente pode parecer insignificante, mas tem um grande resultado, se pudéssemos de imediato alocar um mínimo de 130 a 150 milhões de cruzeiros e fornecêssemos a estes pequenos municípios, a custo zero, tubulação, para reconstituição de bueiros, e algumas outras obras na área urbana. É uma proposta que está hoje já nas mãos do próprio Secretário do Planejamento e já encaminhamos também à SUDESUL e que tem do Governo do Estado, do Governador José Richa, o sinal verde para que pudéssemos, numa química orçamentária, alocar algum recurso emergencial para ao menos colocarmos as nossas três fábricas — porque a SUCEPAR possui três fábricas de tubos em Arapongas, Paranavaí e Cruzeiro do Oeste para que, num pique de 24 horas por dia, pudéssemos colocar nas mãos dos Prefeitos com problemas mais cruciais, a custo zero, uma quantidade

de tubos. Porque sabemos que hoje estes tubos resolveriam ao menos algumas questões emergenciais de bueiros e que colocariam o pessoal a trabalhar, funcionários de mão-de-obra primária, para esta construção emergencial.

Também ainda na área da SUCEPAR podemos dizer que temos que tomar algumas medidas muito sérias e que o ilustre Secretário da Agricultura, Dr. Klaus, levantou aqui que é um negócio seriíssimo, precisamos, na área da erosão, ter uma clareza e que não é possível continuar do jeito que está. A SURHEMA que pertence à Secretaria do Interior, tem um levantamento assustador; nós temos 20 estações espalhadas no Estado de sedimentometria. E estas 20 estações não nesse período agora, mediram cientificamente o que nós estamos perdendo, 12,4 milhões de toneladas de solo, só para Itaipu, por ano. São 12,4 milhões de toneladas de terras férteis, que estão sendo levadas pelas chuvas normais, imaginem o que deve ter acontecido agora, com a precipitação que obtivemos.

E a SUCEPAR que atua basicamente na área urbana, precisa mais do que nunca desta compreensão dos Prefeitos, dos próprios Deputados, para que nós, juntos, possamos definir uma política estadual de meio ambiente, com todos os demais Secretários afins a este assunto. Porque não é possível que nós continuemos na área de erosão mais combatendo efeitos do que propriamente as causas. Porque erosão na nossa opinião — que não é de técnico, é uma só: é urbana, é rural, é periurbana. E nós não podemos ver atacado pela SUCEPAR, só a questão urbana. Temos que fazer uma frente nesse estado, para se defender a nossa maior riqueza, que é certamente o nosso solo.

Eu diria ainda, que na parte da SANEPAR também nós estamos solicitando algumas atitudes definidas, porque também é inadmissível que nos tenhamos a repetição do que ocorreu agora, com mais de 30 estações de tratamento de água que foram inundadas e foram açoriadas. Isso não é possível continuar porque não há recursos que venham a ser suficiente para cada chuvarada que nós temos que atuar na SANEPAR nesta área. Açoreamento de estações de tratamento d'água. É a clareza definitiva do estágio em que nós nos encontramos do processo erosivo.

Gostaria ainda nesta área de dizer que na SUCEPAR nós tivemos essa reunião na última segunda-feira, com o Superintendente da SUDESUL, Dr. Antônio Pires, delineando esta situação de gravidade, e solicitando adiantamento dos valores que estão hoje contratados em Governos já definidos no final do ano passado. Existe uma programação para 1983, em convênio com a SUCEPAR, Secretaria do Interior e Governo do Estado, SUDESUL e Ministério do Interior. E essa programação já tem, como diríamos, dinheiro carimbado. Já tem do Governo Federal, para aplicar neste ou naquele município. E eu estou solicitando que haja um adiantamento nesses valores, para socorrer os municípios em situação mais grave.

Outro aspecto que o Governador José Richa levantou, com muita propriedade, é da necessidade de remanejarmos os recursos do PRORURAL nesta região em que o PRORURAL está envolvido.

Eu concluiria aqui dizendo que o Secretário da Segurança levantou a questão dos ilhéus, que também merece da Assembléia e de todos nós, uma atenção especial, porque não há uma solução emergencial só; ela precisa uma solução definitiva que entendemos ser de reassentamento, para quem não tem condições. Porque não adianta permitir que os ilhéus retornem às ilhas, para daqui há alguns meses nós termos que recolocá-los e jogá-los em barracas numa situação de extrema promiscuidade como estamos vendo hoje principalmente em Guaíra e Altônia.

Portanto, é preciso aqui e agora uma situação definitiva. E o Estado não tem capacidade nem legal para proceder a desapropriação ou até a compra — aí significa estado econômico-fi-

nanceiro, de áreas para esse reassentamento definitivo de pescadores; desses agricultores que têm atividade eventual de percas na região das diversas ilhas do Rio Paraná. Entendo que acima de tudo, essa disposição, e eu encerro aqui, de nós poderemos aqui agruparmos forças, independente da posição político-partidária, é salutar, porque acima de tudo os interesses do Paraná, nesta questão estão em jogo. E passo aqui esta confissão. É preciso que nós possamos, nós que estamos nos cargos públicos que somos os Vereadores, Prefeitos, Deputados, nós que somos das Secretarias, nós que somos do Governo, temos uma função pública neste instante, precisamos correr este Estado e restabelecer os ânimos de nossa gente. Porque assim poderemos superar, mais facilmente, esta cruzada difícil para todos nós. Tomara que nós tenhamos a compreensão de colocar os nossos problemas menores em segundo plano e as questões do Paraná, no plano que o Paraná merece.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, de imediato, a Sua Excelência, o Senhor Secretário dos Transportes, Sr. Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Vereadores, Senhores e Senhoras.

1979, tivemos uma calamidade pública, o Governo do Estado procurou o Governo Federal e recebeu na época vinte e três milhões de cruzeiros.

1981, tivemos uma calamidade pública, o Governo Estadual pediu ajuda ao Governo Federal, não teve resposta e o Governo Estadual bancou sozinho uma ajuda aos municípios.

1982, janeiro/82, calamidade pública dos municípios do Paraná, o Governo do Estado do Paraná solicitou ajuda e acabou bancando sozinho.

1982, em julho, nova calamidade. O Paraná pediu ajuda e acabou bancando sozinho.

1983, eu acho que é o quinto aviso, para que nós tenhamos consciência e acho que isso que está havendo agora todos nós recebemos um jornal, agricultores desesperados se unem nos Campos Gerais.

É o quinto aviso e o aviso definitivo de que alguma coisa e estas medidas que vão ser resolvidas com os auxílios que porventura nós sobre a calamidade venhamos a ter, absolutamente.

Todos nós sabemos da crise em que vivemos e os Senhores têm a absoluta certeza e eu não quero ser pessimista, pelo contrário, sou o mais otimista dos paranaenses.

Não será daqui que sairão soluções definitivas para o nosso problema.

Eu quero discordar inclusive de muito que se tem falado sobre a calamidade desse nosso Estado, porque como no meu setor é mais fácil simplificar, dizer que são tantos milhões, bilhões ou trilhões, o Setor de Transportes é o que é visto, mas com toda sinceridade, eu preferia ter todas as estradas estragadas e ter o produto no paiol do colono, porque daí até de helicóptero nós tiraríamos essa produção de lá.

Para mim, o pior problema que houve nessas enchentes foram aquelas cenas que apareceram agora a pouco na televisão, aquele drama pessoal e que não tem solução a curto prazo, porque nós todos não temos tido a coragem de enfrentar projetos, enfrentar normas, para evitar que aquele cidadão que estava reclamando de uma valeta até certo ponto, porque não era uma valeta que resolveria nunca o problema de um cidadão que talvez um mal é uma valeta, não seria a valeta, ele tinha que sair para um lado e reclamou do Prefeito.

A verdade é que aquele cidadão que estava ali a reclamar pela terceira, quarta, quinta vez, estava debaixo d'água uma verdade é tranquila, aquele cidadão poderia estar ali, morando ali, porque daqui a cinco meses, talvez uma semana,

tenhamos o mesmo problema com aquele cidadão, a pedir roupa, comida numa ação paternalista que não leva a nada.

O segundo problema, me parece que é exatamente na agricultura, essa agricultura dadivosa do Paraná e que nos torna um dos maiores otimistas deste Estado.

Porque na agricultura não adiantará termos estradas se não tivermos o que transportar.

Por isso, me parece que a perda maior também, é na agricultura. Parece que a maior perda, apenas aparente isso, seja nos transportes, por quê? Porque nós não podemos dimensionar.

Agora, com toda sinceridade, se tivéssemos produtos para trazer do Norte para o Sul, nós estaríamos trazendo, se não por causa do Barrinha, através de Pitanga. Se o asfalto de Pitanga até Manoel Ribas acabou, durante essa chuva, eu tenho certeza de que o caminhoneiro passaria por cima dos pedaços de asfalto, passaria por cima e chegaria com o produto.

Então, me parece que deveríamos nos preocupar muito é com a situação da agricultura. E infelizmente, ela não é só fruto das chuvas. Minha gente eu sou um otimista neste Paraná. Essa agricultura e esse povo paranaense deve ter sido e é protegido por Deus, mesmo que São Pedro não queira.

Falou-se aqui do café, me permita o Klaus, em dar uma bordejada no seu setor.

Fazem anos e anos que o Paraná não é aquinhoado com verbas para se plantar café. Muito bem, se mandou o dinheiro para a Bahia, para Minas Gerais.

No ano passado, Sr. Presidente, produzimos um milhão e duzentas mil sacas de café, no Paraná. Minas Gerais, dez milhões de sacas e na Bahia, 800 mil ou coisa que o valha.

O Paraná, sem sentido algum minha gente, iria tirar de seu solo em torno de 5 a 5,5 milhões de sacas de café, enquanto que Minas Gerais baixa para 8 milhões e a Bahia continua nos oitocentos mil.

É por isso que eu sou um homem de esperanças, basta três dias de sol, e eu cheguei agora do Sudoeste, e nós já vemos gente com o semblante mais risonho e jogando na terra, tentando largar um trigo na terra e, por isso eu sou um otimista.

Eu estou saindo um pouco do assunto de transportes, permita-me, Sr. Presidente, porque aqui eu já disse tudo o que eu poderia dizer.

Não adiantaria eu mostrar aos Senhores esses relatórios. Temos cento e poucos municípios de calamidade pública. Mas, tenho aqui, nesta sala, Prefeitos que já chegaram a mim, inclusive, dizendo que estão trazendo outros relatórios, ou que ainda não tinham entrado com relatórios. Eu, para mim, nós temos 310 municípios em calamidade pública. E o problema não é só das enchentes, porque antes das enchentes os Prefeitos já estavam para vir à Capital e sem receber respostas positivas, trazer as suas maselas da sua situação que se encontravam as suas Prefeituras.

Eu fiz um levantamento que elucida bem isso aí. O Paraná tem nas mãos das Prefeituras, 1.033 motoniveladoras, das quais apenas 250, 300 em funcionamento.

O Paraná é hoje um grande cemitério de máquinas, porque foi muito mais fácil aos Prefeitos assinar uma procuração e receber uma máquina novinha de São Paulo do que manter a máquina que ele tinha.

Por isso, que as estradas estão ruins. Não é só porque houve a chuva. E agora, eu entro no meu setor.

Minha gente, o problema do óleo diesel que os Senhores põem na máquina dos Senhores não é problema da chuva, é problema do pacote. E se nós não tivermos isso presente, não adiantará amanhã os Senhores terem a patrula reformada, porque os Senhores não terão dinheiro para colocar o óleo. E assim como os senhores não terão, nós do DER também não teremos.

Não adianta eu vir aqui apresentar um índice para os senhores de que o povo paranaense neste ano até o dia 16 de junho exportou por Paranaguá 236 mil toneladas de milho, con-

tra 2.600 do ano passado. E tenho a obrigação e é por isso que se falou aqui, a CFP está a exigir que o Porto de Paranaguá exporte no mês de junho, 100 mil toneladas de milho, para pagar a nossa dívida lá fora.

Se não tivesse dado a chuva o problema da agricultura seria o mesmo, dentro de dois ou três meses, a suinocultura, a avicultura, o gado de leite, como disse o Klaus, terão problemas aqui no Paraná.

Enquanto a CFP libera os estoques de São Paulo, da Paraíba, no Paraná comerciantes de Francisco Beltrão estão indo buscar o milho em Goiás, e aqui está o representante da Cooperativa que conhece muito bem este problema, e que também está pesquisando em Goiás para ver se há possibilidade de trazer o milho para o Paraná, porque tem certeza que os seus associados dentro de poucos dias irão bater às suas portas, às portas da Cooperativa em busca do milho que a CFP comprou e mandou para fora.

Por isso, minha gente eu acho que o problema das chuvas foi um problema grave, mas não é um problema conjuntural, é um problema estrutural.

Talvez em termos de medidas, eu tenha aqui o volume maior de dinheiro, terminamos os levantamentos das estradas estaduais e para nós colocarmos cerca de 8.000 quilômetros de asfalto em condições de tráfego, nós precisaríamos 11 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, este é o estrago, não só das chuvas, mas é o estrago que vem se somando durante algum tempo, e para sua recuperação precisaríamos 11 bilhões e 500 milhões de cruzeiros.

Só em obras de arte, bueiros, e eu confio nas palavras dos Srs. Prefeitos, precisaríamos de cerca de 6 bilhões de cruzeiros, e é por isso que, otimista que sou, digo aos Srs. que nós vamos recuperar o Paraná.

O Paraná já passou geadas, o Paraná já passou seca, e acho que a seca foi pior que a própria chuva, o Paraná passou incêndios, o Paraná já enfrentou dificuldades maiores.

Talvez esta seja maior até pelo momento brasileiro, mas nós venceremos.

Já se disse aqui e eu só queria, talvez para clarear um pouco realmente, já temos delineadas duas soluções à nível de município, dividimos os municípios do Paraná, para efeito de podermos agilizar a entrega de algum recurso aos municípios, pouco é verdade, em duas partes, pudemos como disse o Dr. Belmiro remanejar recursos do PRORURAL, como muitos prefeitos são novos, no Paraná existe um programa especial para 62 municípios basicamente situados da Serra da Esperança para o Litoral, à exceção de Curitiba.

Esse municípios nós iremos atender, o Governo do Estado vai bancar o prejuízo de parte naturalmente, vai bancar o prejuízo de parte de cerca de um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros, isso porque já eram recursos destinados de um financiamento internacional e que o Estado vai pagar, portanto são recursos estaduais.

A nível e de outros municípios, temos hoje oficialmente 87 municípios com calamidade pública, fora desta área do PRORURAL, temos disponíveis trezentos e setenta e cinco milhões, mas como disse o Dr. Belmiro, uma parte, uma pequena parte de 34 milhões foram tiradas para uma reserva, porque já temos que esta reserva foi repassada porque sabíamos que novos municípios que não tiveram tempo naquele primeiro momento de trazer os seus relatórios, nós deixamos esta reserva que hoje já é inclusive insignificante, estamos com mais de 50, quase 60 municípios que estão apresentando relatórios das calamidades.

E diga-se de passagem que não são só destas chuvas, mas que vieram se acumulando inclusive com as chuvas caídas em dezembro a janeiro. Desses 341 milhões nós retiramos o pedido de cada Prefeito, inclusive fazendo, nós temos uma tabela no DER, pelo vão da ponte, multiplicando pelo custo unitário,

tivemos, a grosso modo, uma idéia do prejuízo causado em cada município, de acordo com as informações dos Srs. Prefeitos.

Pretendemos que, nesta semana, sejam repassados cerca de dez por cento do prejuízo apresentado em pontes, em cada município, que é uma importância, diga-se de passagem insignificante, mas é a primeira parcela que o Governo Federal nos repassou — o Governador explicou bem que existe uma promessa de novas parcelas, como também existe uma tentativa de remanejamento de um saldo que ainda temos do PRO-SAFRA. Acontece que, como disse, também temos 60 municípios que não serão aquinhoados nesta primeira etapa.

Agora, fica aqui um apelo aos Srs. Prefeitos e às Lideranças que estão aqui: há necessidade também que, apesar de os Srs., que nós estamos sofrendo, que nós acertemos, de uma vez por todas, e que daqui seis meses não tenhamos novas pontes caídas. A estrutura do DER e da Secretaria dos Transportes está à disposição dos Srs. para que os nossos técnicos, se necessário, orientem essa confecção, o uso dessa parcela que é pequena mas que sabemos que somará muitas parcelas, principalmente, das Prefeituras. Eu já fui Prefeito, sei perfeitamente as dificuldades que os municípios paranaenses estão sofrendo e se nós fôssemos, e é por isso que eu não gosto muito dos tais cálculos, porque se nós fôssemos realmente calcular os prejuízos que as Prefeituras tiveram, eu não sei se nós não teríamos que multiplicar — as Prefeituras e o Estado — através de sua rede viária, não sei se nós não teríamos que multiplicar esses prejuízos apresentados por três ou por quatro, porque ninguém lembrou de pôr na ponta do lápis quanta patrula, quanto trator, quanta pá carregadeira vai ser necessária, porque não é só de ponte que é feita a estrada. Por isso, neste momento, vou me permitir alongar um pouco, Sr. Presidente, para dizer que estamos tentando uma solução que não está só a curto prazo; uma solução também a médio prazo. E pretendemos, no decorrer desses quatro anos de Governo, se lá ficarmos, pretendemos juntamente com todos os Srs. Prefeitos estabelecermos um plano; um plano assim de gente humilde, de gente que reconheça que este País é pobre, um plano para nós chegarmos e termos pontes definitivas, bueiros definitivos.

Estou brigando, e tenho o apoio do Sr. Governador, e do Secretariado, para conseguirmos sim, empréstimos internacionais, não para ajudar a urbanização, não empréstimos para fazer o centro social; mas empréstimo para fazermos aquilo que o Prefeito quer, porque eu tenho absoluta certeza que a maioria dos Prefeitos que estão aqui têm dois problemas básicos: a escola e a estrada, porque nem a escola e nem a estrada são cobradas do contribuinte. O calçamento é, a água é, a luz é, a eletrificação é; mas a escola e a estrada não o são. E nós temos, dentro do Secretariado e o Sr. Governador assim tem orientado, de que busquemos as soluções para o interior do Estado, e eu tenho absoluta certeza que não é só o interior, porque a primeira porta que o Prefeito da Capital bateu, foi exatamente a porta da Secretaria dos Transportes para pedir, vejam bem os Srs., uma cidade como Curitiba com problemas de transportes — para pedir que ajudássemos a construir cerca de 60 pontes que dentro da cidade de Curitiba não existem. Por isso os Srs. me desculpem talvez o cacuete de — com muita honra — ser Deputado desta Casa que tenha levado a me empolgar.

Mas, eu sou daqueles que acreditam e tenho repetido que os grandes generais só aparecem nas grandes guerras, nos piores momentos, e as grandes soluções vão aparecer não tenham dúvida, nesses momentos de crise.

Por isso, quando a gente lê, Srs. Deputados, que os agricultores, desesperados se unem nos campos gerais, quando eu vejo, como vi, hoje, o colono já semeando alguma coisa, acho que o maior problema que nós teremos a vencer, depois dessas chuvas, se houver, não serão problemas de estradas ou de pontes, ou outros quaisquer. Será de transmitirmos ao Paraná, um

otimismo, aquilo que o Sr. Governador pediu. Fazer com que este Paraná produza e vai produzir, e a demonstração está no exemplo que se tem, do Café no Norte do Paraná, tão massacrado, mas sempre produzindo.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (— De imediato, passo a palavra a Sua Excelência, o Sr. Secretário da Saúde, Dr. Luís Cordoni.

O SR. LUÍS CORDONI — Sr. Presidente, demais Deputados componentes da Mesa, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, Senhoras e Senhores.

Não vou me deter na avaliação do prejuízo causado pelas chuvas, uma vez que este tema já foi bastante e propriamente abordado pelas pessoas que me antecederam.

Vou fazer um breve relato do que temos feito para enfrentar o problema das cheias, na área da saúde e do bem-estar social. (Le):

“RELATÓRIO DA ATUAÇÃO DA SESB JUNTO AOS FLAGELADOS DAS ENCHENTES.

1. INTRODUÇÃO

As enchentes no Estado do Paraná tiveram início em fins de 1982 e se estendem até o dia de hoje, começando com as cheias do Rio Paraná, desalojando os ilhéus e obrigando a população a se organizar para dar atendimento aos flagelados. Com a intensificação de chuvas que ocorrem em todo o Estado, muitos municípios foram alagados devido ao aumento de volume de água dos rios, fato que desencadeou também nesses municípios a necessidade de se organizarem para prestar atendimento aos desabrigados pelas enchentes.

O número de desabrigados é de 5.000 famílias (25.000 pessoas) em todo o Estado.

Os municípios mais atingidos foram: Curitiba, São José dos Pinhais, Irati, União da Vitória, Chopinzinho, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Umuarama (Porto Figueira), Icaraíma, São Jorge do Patrocínio, Altônia, Terra Roxa, Guaíra, Marilena, Porto Rico, Querência do Norte, São Pedro do Paraná e Jataizinho, pertencentes aos distritos sanitários: Metropolitano, 4.º D.S. de Irati, 6.º D.S. de União da Vitória, 7.º D.S. de Pato Branco, 8.º D.S. de Francisco Beltrão, 12.º D.S. de Umuarama e 14.º D.S. de Paranavaí.

2. RECURSOS UTILIZADOS

2.1 Humanos

Equipe Distrital (SESB),
Equipe do Centro de Saúde (SESB)
Líderes Comunitários
Associações de Bairros
Funcionários dos Centros Sociais Urbanos
Funcionários dos Centros de Saúde
Defesa Civil
PROVOPAR
Prefeituras Municipais
Hospitais
Exército
Corpo de Bombeiros
Polícia Militar
Departamento Rodoviário
Clubes de Serviços
S.O.S.
Merenda Escolar
Associação Comercial
PROMOPAR

2.2 Materiais

Medicamentos

Distrito Sanitário	Cr\$
4º D.S.	5.197.534,81
6º D.S.	3.640.641,71
7º D.S.	3.869.334,86
8º D.S.	8.531.879,71
TOTAL	21.239.391,09

Alimentos Básicos

Distritos Sanitários	Quilos	Cr\$
D.S.M.	2.000	
4º D.S.	1.310	
6º D.S.	9.000	
12º D.S.	1.492	
14º D.S.	8.170	
TOTAL	21.972	2.771.866,00

Cobertores

Distritos Sanitários	Nº	Cr\$
D.S.M.	30 + 17 colchões	
4º D.S.	600	
6º D.S.	300	
7º D.S.	100	
8º D.S.	1.100	
TOTAL	2.100	4.387.725,00

Hipoclorito de Sódio

Distritos Sanitários	Frascos
D.S.M.	300
4º D.S.	2.500
6º D.S.	2.147
7º D.S.	2.500
8º D.S.	3.532
12º D.S.	2.000
14º D.S.	1.152
TOTAL	12.484

2.3 Financeiros

Provenientes da Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social, PROMOPAR, Prefeituras Municipais e doações particulares.

3. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SESB

Na área social:

1. Triagem, cadastro de pessoal e encaminhamento aos alojamentos;
2. Orientação e encaminhamento para regularização de documentos, bem como para atendimento de outras necessidades com os recursos disponíveis na comunidade;
3. Distribuição de alimentos e agasalhos;
4. Criação de balcão de emprego.

Na área médica:

1. Assistência médica ambulatorial e hospitalar a todos os flagelados;
2. Controle do estoque de medicamentos;
3. Solicitação do reforço de estoque de medicamentos e vacinas.

Na área de saneamento básico:

1. Provisão de água potável para bebida, aos alojamentos, através de desinfecção com hipoclorito de sódio;
2. Construção de privadas higiênicas de emergência;
3. Desinfecção e recuperação de poços situados em locais seguros e antes do retorno da população aos locais de origem;
4. Orientação quanto aos cuidados de higiene a serem observados e a utilização dos métodos de potabilização da água por desinfecção, fervura e outros;
5. Vigilância em todos os locais de abrigo para manter as condições de higiene e eliminar focos de vetores;
6. Eliminação do lixo por meio de construção de fossas e queima;
7. Enterro de cadáveres de animais.

PARTICIPAÇÃO DA SESB NAS COMDECS

Os técnicos das equipes distritais do 12º D.S. de Umuarama e 14º D.S. de Paranavaí aliados aos demais órgãos estaduais e municipais envolvidos na área integram as Comissões Municipais de Defesa Civil formados em decorrência da situação de calamidade, nos municípios de Umuarama, Altônia, Marilena, Porto Rico, Querência do Norte, São Pedro do Paraná.

Curitiba, 17 de junho de 1983.

Sensibilizado com as enchentes que transtornaram o cotidiano de diversas famílias trabalhadoras no nosso Estado, desenvolvemos as seguintes ações:

1 - AÇÃO SOCIAL

Orientamos as equipes de saúde para que estimulassem, organizassem e se incorporassem a uma esfera onde estivessem envolvidos o conjunto de instituições existentes no município, destacando especialmente a necessidade de ampliação e estruturação de COMDECS para intensificar e organizar o apoio aos flagelados, realizando campanhas dentro da comunidade para angariar agasalhos, alimentos, criar oportunidades de emprego, organizar a assistência local, triagem e cadastro de pessoal.

2 - ASSISTÊNCIA MÉDICA

Orientamos para que os flagelados fossem assistidos ambulatorialmente em nossos postos de saúde, mais de 1.500 funcionários da saúde estiveram triando diariamente os necessitados de assistência médica nos alojamentos coletivos. Infelizmente tivemos inclusive que tomar medidas exonerando funcionários por displicência no atendimento à problemática dos flagelados.

3 - ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR

Todos os flagelados que necessitaram de assistência hospitalar foram encaminhados para os hospitais existentes no Estado conveniados com o INAMPS.

4. MEDICAMENTOS

Apesar deste insumo ser daqueles relacionados no FUNCAP/MINTER (Fundo de Calamidade do Governo Federal) ainda não recebemos nenhum apoio federal para a situação que vive o Estado.

Herdamos do governo anterior toda a nossa programação para este ano. Os recursos dispendidos são limitados dentro do orçamento já pouco significativo destinado para a nossa Pasta, onde oitenta por cento está comprometido com pessoal.

Entretanto, todas as regionais de saúde afetadas por enchentes foram abastecidas com medicamentos. Vinte e um milhões de cruzeiros foram enviados para o quarto, sexto, sétimo e oitavo D.S.. Desviamos os remédios que deveriam ser utilizados na nossa programação normal para que a população flagelada tivesse assistência.

5. SANEAMENTO BÁSICO

As equipes de saneamento foram mobilizadas para dar cobertura nos alojamentos coletivos, orientando a higiene das habitações, dos utensílios e do preparo dos alimentos, e enfatizando a manutenção de hábitos higiênicos sadios.

Nos locais alagados ações foram realizadas no sentido de recuperar poços de água contaminados. Doze mil frascos de hipoclorito de sódio foram distribuídos através dos DSM, quarto, sexto, sétimo, oitavo, décimo-segundo e décimo-quarto DSs. A população afetada foi orientada no sentido de construir e recuperar latrinas, dando destino correto aos (cadáveres de animais, lixo) dejetos de toda a natureza, e também eliminando os focos potenciais de vetores de doenças.

PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA

As equipes distritais mantiveram-se atentas a possibilidade do surgimento de focos epidêmicos de doenças que podem aparecer em situações como estas (diarréias, pneumonias, sarampo, meningites, leptospirose, febre tifóide e pequenas epidemias de pediculose e escabiose etc.).

As crianças dos alojamentos que se encontravam com o esquema básico de vacinação incompleto foram orientadas no sentido de regularizá-lo. Na campanha de vacinação de paralisia infantil foram empregadas também outras vacinas nos municípios, que apresentavam baixa cobertura. Grau de empenho da população e de funcionários atingidos hoje, oitenta e seis por cento da meta prevista.

AÇÃO DA PROMOPAR

A PROMOPAR trabalhando em consonância com a Secretaria de Segurança (Defesa Civil), com o PROVOPAR e outras entidades da comunidade dispendeu oito milhões de cruzeiros de seu orçamento normal em vinte e um mil quilos de alimentos, dois mil cobertores e colchões, participando ativamente nos locais onde tem representação, intensificando a mobilização comunitária para proporcionar apoio aos flagelados.

O Laboratório de Produção de Alimentos da SESB, articulado com a PROMOPAR teve sua produção voltada para atender as situações de emergência, totalizando 1.500 kg de leite, 100 kg de mistura de chocolate e 1.000 pacotes de soja frita.

Todavia, sabemos que os prejuízos à população paranaense foram de grandes dimensões, a lavoura pereceu, as estradas rurais ficaram em situação calamitosa, trazendo grande sofrimento aos trabalhadores rurais.

A atual situação tributária do país não permite aos municípios proporcionar uma rede de serviços de atenção primária a saúde, muito menos realizar um planejamento urbano capaz

de dar respostas mais permanentes e realizar uma política municipalista a longo prazo voltada para os anseios e necessidades da população.

Devemos enviar todos os esforços para que uma reforma tributária fortaleça os municípios. Só assim encaminharemos definitivamente uma resposta à deficiente infraestrutura municipal atualmente vigente, onde a área de saúde, de acordo com suas diretrizes de governo envia esforços para superar a crise de recursos, procurando implantar uma municipalização dos serviços de saúde.

Neste contexto cabe algumas reflexões sobre a origem e perspectivas desta problemática.

O quadro de enchentes no Paraná é uma ocorrência cíclica que vem se intensificando a cada ano que passa. Hoje ele se estende devastadoramente à área onde inclusive não se conheciam problemas desta natureza. É bastante constrangedor assistir esta imensa leva de famílias desalojadas, que na sua grande maioria já vivem permanentemente o flagelo do desemprego, subnutrição e de um modo geral, em precárias condições de vida.

Esta situação torna-se mais grave quando constatamos mais uma vez que o trabalho de socorro aos flagelados é transitório, meramente emergencial e assistencialista, estando hoje o Governo Estadual tentando não repetir apenas soluções paliativas, aprofundando alternativas para soluções a longo prazo.

Desta forma, encaramos o programa de saúde dentro da proposta do novo Governo como um dos setores de trabalho que integrado as outras áreas do Governo Estadual e Municipal devem se mobilizar conjuntamente para prestar a ajuda que estiver ao alcance e na competência do Poder Público. No entanto, vamos nos deparar logo de imediato com a situação caótica da crise financeira dos municípios, vítima de uma política tributária e também centralizadora e de rapina, impossibilitando investimentos básicos de infraestrutura.

A destinação de recursos do Governo Federal para a área, de saúde, é insuficiente, sofrendo também o Estado a mesma crise financeira dos municípios, comprometimento dos seus poucos recursos em investimentos que não dizem respeito às necessidades elementares no contexto atual do Estado.

Sabemos que enchentes sempre existiram, de acordo com o ciclo natural das estações. Porém a ocupação humana do território paranaense trouxe um sem número de problemas que hoje alteram profundamente o equilíbrio sócio-ambiental, fazendo com que procuremos adaptar uma convivência equilibrada com esse fenômeno. Um dos reflexos resultantes da intensificação nociva nas modificações sócio-ambientais, é a demanda cada vez maior de serviços na área de saúde, uma vez que as péssimas condições de saneamento, salubridade e nutricionais são fatores determinantes no aumento de incidência de doenças e miséria da população. Vemos a imperiosa necessidade na integração dos serviços em todos os níveis, pois existe um só objetivo: o de levar a cabo o novo projeto de Governo, onde a política de saúde é uma parte desta determinação. A tentativa de se chegar aos fatores determinantes desta situação reporta-se a uma rigorosa reorientação de prioridades para que possamos prover atendimento de saúde permanente, e não somente em períodos de emergência.

Nesse caso, ações aparentemente desligados da área de saúde, como a política habitacional, agrária, de empregos, planos diretores municipais, devem ser implementados com a função e perspectivas de também atuar com o variável para diminuir, orientar e dar prioridades para investimentos na área de saúde.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Eu quero comunicar ao Plenário que teremos ainda, dois expositores, logo após o que, nós que-

remos contar com a participação do Plenário, e nesta participação reside, aí principalmente reside o espírito desta providência que a Assembléia tomou, em convidar diversos segmentos da sociedade paranaense para, aqui trocarmos idéias, sugestões e debatermos, num diálogo franco e aberto, soluções que sirvam no Paraná.

O próximo expositor, eu o convido para fazer uso da palavra neste instante, é o representante da Organização das Cooperativas no Paraná - OCPAR — Dr. Wilson Tissot.

O SR. WILSON TISSOT — Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Trajano Bastos; nobres Deputados desta Casa; Srs. Secretários de Estado; meus colegas dirigentes de Cooperativas; meus Senhores; minhas Senhoras.

A Organização das Cooperativas do Estado do Paraná também tem realizado várias reuniões em todo o Estado, fazendo uma análise da situação atual da nossa agropecuária; reuniões nós fizemos, isoladas, e outras reuniões, participamos da Comissão Permanente criada para levar as reivindicações do Estado do Paraná; de uma maneira unida e integrada. Nós gostaríamos aqui de dizer, que nós não vamos apresentar os nossos levantamentos de quebra, apesar de os ter feito com muita profundidade, mas seria repetitivo e tomaríamos muito tempo se fôssemos levantar aqui índice de quebras. Mas, gostaríamos de ressaltar duas coisas:

Primeiro, nos preocupa como já foi dito aqui, quando as quebras são dimensionadas apenas pelo valor em moeda dessas quebras. Nós gostaríamos de enfatizar, que todos nós já estamos vivendo no Estado do Paraná, principalmente nos últimos cinco anos, um processo de descapitalização da agricultura. E, quando nós temos quebras, novamente por fenômenos de enchentes, o problema se agrava porque já encontra o produtor descapitalizado. Por outro lado, nós devemos analisar que esses percentuais de quebra em alguns produtos, são produtos de muita profundidade social. Um exemplo do feijão e do milho, e que para muitos quando se vê uma cifra, de quatro, cinco, dez bilhões de cruzeiros, isso pode não ser significativo, porque sempre se considerou o Paraná como um Estado rico, onde a nossa produção é trinta por cento da produção nacional, em torno de trinta por cento. Então, esses números não impressionam mas eles são significativos, quando nós formos analisar que na maioria desses produtos, é a questão de sobrevivência de família de muitos dependentes.

Então, gostaria de enfatizar aqui, que quando se fala em reivindicação a nível de Estado do Paraná, nós devemos sempre separar o significado de muitas culturas e também da estrutura fundiária onde são produzidos.

Eu gostaria de enfatizar e aproveitar essa oportunidade, mesmo que este Plenário se reuniu, a Assembléia Legislativa abriu suas portas para analisar o problema das enchentes, e dizer que o sistema cooperativista paranaense, os nossos problemas não são de hoje. Nós temos nos reunido e temos verificado, temos feito análises profundas, onde tem sido gradativamente, tirado todo o nosso poder de barganha do nosso poder gerencial. Até parece que nós dizemos isso propositalmente, porque são muitas as medidas nos últimos três anos que nos tiraram todas as condições de apoiar e dar o respaldo do sistema cooperativista ao agricultor e ao pecuarista.

As medidas de caráter urgente que nós poderíamos aqui hoje trazer, elas já foram encaminhadas através do Sr. Secretário da Agricultura, fazem parte do documento que o Sr. secretário hoje aqui se referiu e algumas delas, inclusive, foram reforçadas por outros Secretários de Estado. Um exemplo, o Secretário que me antecedeu, apenas um exemplo que ele citou, da situação desastrosa e calamitosa do nosso milho. Então, todas as nossas reivindicações de caráter de urgência, elas fazem parte do documento da Secretaria da Agricultura.

Gostaria de deixar também ressaltado, que a nossa expecta-

tativa de atendimento não só dos nossos pleitos de urgência, são muito grandes. Necessário se faz, um acompanhamento constante das soluções dos nossos problemas. Eu acho que este momento, apesar de estarmos vivendo uma crise, ele nos trouxe o benefício de nos unir e de darmos a oportunidade de uma maneira integrada, reivindicarmos e colocarmos os nossos problemas. E também, de uma maneira integrada, fazermos os acompanhamentos das nossas soluções.

Nós temos expectativa e temos necessidade de execução de planos concretos para o futuro, e o Cooperativismo que nasceu em crise e existe para resolver crise, quer participar junto com o Governo do Estado do Paraná nos problemas da solução da nossa agropecuária. E nós temos, realmente, Senhor Presidente desta Casa, de fazermos planos que não sejam imediatistas, os problemas maiores para dar suporte ao nosso agricultor; são planos que resolvam em definitivo a nossa política de crédito; são planos que possibilite o próprio agricultor fazer as suas poupanças e gerir a riqueza que ele mesmo está produzindo. Mas temos necessidade de fazer planos, temos necessidade que o Governo nos apoie a criarmos uma estrutura de produzir nossos próprios insumos para diminuir o custo de produção, porque hoje nós sabemos que, além de produzir, nós temos o grave problema, que nos custos atuais, nos preocupa como que nós vamos repassar esses custos para o consumidor.

Então, nós temos que gerir a nossa produtividade, a nossa produção dos insumos básicos; nós temos que nos dedicar efetivamente à agro-industrialização do Estado, com o apoio do Estado. Enfim, nós temos muitas proposições a ser trazidas para discussão. Nós só estamos aproveitando este momento para dizer da nossa satisfação de estarmos aqui, e ouvirmos como ouvimos a palavra otimista do nosso Governador, quando disse que o Paraná vai dar resposta, e isto é necessário que se faça, é necessário que se crie um ambiente de otimismo. Todos nós somos responsáveis por esse ambiente. Mas também é necessário que se diga que certas coisas tem limite, e que nós já estamos vendo de muitos líderes posições radicais que nós, como líderes, não podemos concordar com toda política que ora está sendo adotada, principalmente pelo Governo Federal.

Nós queremos nos colocar à disposição e agradecer à Assembléia e todos os órgãos que tem conosco lutado, participamos da Comissão Permanente, e achamos que o Paraná está encontrando a verdadeira forma de reivindicar que é nós trazer-mos as nossas reivindicações para que todos juntos podemos formar a mesma linguagem e nos incorporarmos cada vez mais para que muitas vozes realmente encontrem o "eco" em busca das soluções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Eu tenho a satisfação agora de passar a palavra ao Dr. Léo de Almeida Neves, Presidente do Conglomerado BANESTADO. Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença do representante de Sua Excelência, o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Maurício Fruet, Chefe de Gabinete Dr. Ricardo MacDonald.

O SR. LÉO DE ALMEIDA NEVES (Presidente do Banestado)

Senhor Presidente Trajano Bastos, Senhores Deputados, Senhores Secretários de Estado, Senhores Prefeitos e Vereadores e demais pessoas presentes. Inicialmente, principalmente na condição de ex-Deputado estadual, os meus parabéns à Assembléia Legislativa, os parabéns ao Presidente e à Mesa por esta feliz iniciativa desta audiência pública geral que torna o Parlamento Estadual ainda mais democratizado, porque por si são as Casas Legislativas — Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa, Câmara Federal, Senado expressões maiores da democracia em nosso País.

Mas essa iniciativa realmente ainda torna a Casa a nível do Paraná mais democratizada, porque está permitindo que todos os paranaenses, através das entidades que representam, possam vir aqui, ouvir, falar, discutir e buscar sugestões e soluções que amenizem e atenuem as grandes dificuldades porque o Paraná atravessa em função desse terrível fenômeno climático que se abateu em todo o nosso território, trazendo e acarretando gravíssimas consequências notadamente de caráter econômico e com repercussões naturalmente fortes de natureza social.

Na condição de Presidente do Banco do Estado, tivemos que adotar algumas providências imediatas no sentido de enfrentar e arrostar uma situação difícil.

Assim sendo, a 31 de maio de 1983, no último 31 de maio, encaminhamos a todas as nossas agências algumas instruções práticas, porque os nossos clientes, os nossos mutuários de crédito agrícola, de crédito rural, todos eles cobertos pelo PROAGRO, nos seus pedidos de financiamento, mas devendo tomar algumas medidas, algumas providências no sentido de que tenham efetivamente a cobertura deste PROAGRO. Recomendamos aos nossos gerentes que fossem providenciados, com a máxima urgência e diligência, as perícias regulamentares, ou seja, aquelas previstas já por instruções do Banco Central, para o rápido processamento das coberturas devidas pelo PROAGRO. Ou seja, que tudo seja feito em caráter tempestivo, no momento certo, no momento oportuno, para que o PROAGRO efetivamente cubra aquilo que ele deve abranger. E às vezes por omissão, desconhecimento do próprio mutuário, poderia criar dificuldades. Então os nossos gerentes foram acionados para que adotassem, de exponte sua, estas providências de perícias e outras decorrentes de PROAGRO.

Também determinamos, isto dentro das normas que eram permitidas, por autorização do Banco Central, que fossem prorrogadas as dívidas remanescentes de custeio e de investimento. E aqui vem o aspecto importante, sob as mesmas condições de taxas pactuadas inicialmente. Todos sabemos que houve majoração por determinação do Conselho Monetário Nacional das taxas de juros, recentemente. O que determinamos às nossas agências é de que esta prorrogação de dívida remanescente se fizesse sob condições e taxas inicialmente pactuadas, ou seja, constantes daquele contrato inicial de custeio ou de financiamento para investimento.

Ajustando-se os esquemas de pagamento, as expectativas de receitas futuras dos mutuários, fazendo-se um ajuste para que os pagamentos futuros se compatibilizem com a previsão de receitas futuras dos nossos mutuários. Obviamente mediante o exame de cada caso pelo técnico do Banco, com apoio dos laudos de perícia do PROAGRO e laudos de fiscalização especial para a finalidade.

Também determinamos, com o objetivo de assegurar a retomada das atividades dos produtores prejudicados, que eles tenham a absoluta preferência pela agência na concessão de novos financiamentos de custeio. Ou seja, que estes agricultores, pecuaristas, que tiveram as suas lavouras e a sua atividade fortemente atingida pela chuva, pelas enchentes, que eles tenham preferência para concessão de financiamento de custeio, sobre outros agricultores; também merecem o crédito, mas que não tiveram eventualmente o problema da incidência do fenômeno climático sobre as suas atividades econômicas.

Estas normas todas já estão adotadas, já é medida que o Banco recomendou, sugeriu a todas as agências. Permitiria sugerir ao Plenário que se pleiteasse do Governo Federal, através do Banco Central, repasse ao Banco do Estado, ou então uma recomendação específica ao Banco do Brasil, que já tem este repasse e se fizesse EGF, ou seja, Empréstimo do Governo Federal, para os agricultores que colheram alguma coisa e que possam, se for de sua conveniência, segurar esta produção no sentido de uma perspectiva de melhores preços. Porque muitos deles premiados pelas exigências dos Bancos que financiara,

poderão às vezes vender a sua safra, a sua produção, ainda que pequena, a preços pouco convenientes. E o Governo poderá atribuir recursos, que atualmente já são repassados ao Banco do Brasil, no sentido que se faça a este mutuário o financiamento, para que ele mantenha a sua produção. Ou dê-se um prazo para que ele não precise vender rapidamente o seu produto, e com isto se desfazer da produção remanescente, a um preço que não seja convidativo.

Enfim, uma política de retenção na mão do agricultor, dos seus produtos, desde que haja conveniência mercadológica.

Outra sugestão, se me permitem, é a seguinte: face à situação de calamidade que enfrentamos no Paraná, se adotem critérios iguais para o Paraná, Rio Grande do Sul, enfim os Estados atingidos pelas enchentes como se fez com a seca no Nordeste, em termos de juros. Os Srs. já sabem que foi criado um tributo sobre o imposto de renda, para atender estas zonas atingidas pelo flagelo.

Mas me reporto ao aspecto especificamente de crédito, de tais zonas atingidas pelas enchentes que se praticassem taxas de juros pelo menos iguais às do ano passado. E mesmo as deste ano antes do custo do pacote do Conselho Monetário Nacional. Como vocês sabem, aumentou o custo dos financiamentos agrícolas para oitenta e cinco por cento da ORTN, mais três por cento. E ainda assim com os limites globais de financiamento. Então os próximos custeios agrícolas vão ser muito caros e eu pessoalmente sou contra esta política, acho que financiamento à agropecuária, notadamente a pequena e média atividade, deveriam ser com juros mais subsidiados. Mas isto foi uma decisão do Conselho Monetário Nacional.

Então pelo menos que se obtivesse, para os Estados atingidos pelos fenômenos climáticos, das enchentes, das chuvas, a faculdade de que os Bancos que operam em crédito agrícola, o façam sob as mesmas taxas vigentes antes do último pacote recentemente adotado pelo Conselho Monetário Nacional.

Na área específica de crédito, era mais ou menos isto que tinha a dizer a todos os Srs. Ou seja, que o Banco já adotou as medidas tendentes a minimizar os efeitos do problema e está aberto a sugestões, por parte deste Plenário, no sentido de outras providências que sejam convenientes.

Muito obrigado. — (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrando esta fase de exposição, entraremos na fase de debates. Antes porém quero comunicar ao Plenário que a Mesa estará recebendo sugestões que tenham vindo por escrito, através de documentos e que tenham sido trazidas por alguns Prefeitos, Vereadores, Representantes de Classes.

Aqueles que quiserem fazer a abordagem oral, a Mesa solicita que ao fazerem, se identificarem, para que as nossas notas taquigráficas possam registrar a sugestão e o pensamento de cada participante. Para facilitar o andamento dos nossos debates, cada participante, ou seja, cada Sr. Deputado, cada Prefeito, cada Vereador, cada representante de classe poderá fazer uso da palavra por cinco minutos, para discorrerem sobre o assunto que se propuserem a solicitarem as providências que julgarem necessárias.

Quero também esclarecer ao Plenário que após a realização deste evento, uma Comissão relatora composta pelos Srs. Deputados extrairá um documento que deverá ser levado aos órgãos competentes, a nível de Governo Federal e para que possamos, desta forma, cumprir este objetivo de pressionarmos dentro de um sentido de união, o Governo Federal, nos atendimentos que o Paraná tem direito. Não só com respeito às enchentes, mas como retribuição daquilo que o Paraná tem contribuído para a União e que politicamente não tem recebido a contrapartida do Governo Central. Então, estão abertos os debates e eu deixo livre a palavra, solicitando mais uma vez que cada um ao fazê-lo, solicite de plenário e em seguida se iden-

tifique.

Está livre a palavra.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, Senhores e Senhoras.

Seis bilhões em bueiros e pontes; 12,4 milhões de toneladas de terras, assoreando anualmente, conforme disse o Secretário Nelson, o lago de Itaipu. SUCEPAR, cuida de erosão. Cafe do Paraná, tem máquinas; ACARPA tem possibilidade de conscientizar o agricultor; DER, tem máquinas; BANESTADO, linha de crédito. Prefeitura, máquinas e possibilidade de conscientizar o também agricultor. Cooperativas tem condições de chegar aos agricultores, e elaborar projetos e os produtores, interessados em manter as estradas e as terras produtivas.

Sr. Presidente, Srs. Secretários, o que se tem visto no Paraná e no Brasil, e principalmente no nosso Estado, é que a política de conservação do solo, são três coordenadas. Mesmo no Noroeste, onde a SUDESUL tenta coordenar as ações, combate à erosão, não se consegue resultados palpáveis, porque as Secretarias não estão todas elas envolvidas no problema do combate à erosão. Se nós temos programa de medicina preventiva, poderíamos aqui colocar que o Estado poderia ampliar preventivamente na propriedade particular dos produtores do Paraná, a manutenção preventiva das estradas. O Paraná tem seis bilhões em bueiros, perdidos pelas chuvas; e os agricultores estão perdendo a produtividade do solo. Os produtores são culpados pelo Governo, por jogar a água nas estradas que se transformam em épocas de chuvas, como esta, em rios de águas pluviais. Os agricultores reclamam dos poderes públicos, que não conservam as estradas e às vezes, e além disso, que muitas das estradas mal locadas, descarregam as águas em suas propriedades.

O que eu acho, e aproveitando portando a presença dos Secretários, é que precisaria haver uma coordenação, para que todos esses recursos, através de uma Comissão integrada por todas as Secretarias envolvidas, no programa, pudessem elaborar um programa de execução; porque projetos técnicos têm às centenas em todo o Brasil, na forma de conservação do solo e que agora está se aplicando mas somente jogando-se toda a responsabilidade do custo nas costas dos agricultores, que faz micro-bacia de conservação do solo. Eu acho que o Estado do Paraná, através de todos esses órgãos, deveria assumir parte dos custos, barateando um pouco para o agricultor, remanejando as suas curvas de níveis, para que nós possamos ter um combate perfeito à erosão, e ter as estradas trafegáveis, durante os 365 dias do ano.

Eu já fiz um contato com o Secretário de Planejamento, que colocou o IPARDES para fazer um plano de execução, de como executar, porque nem a SUDESUL hoje tem sabido executar, exatamente com resultados positivos, o plano de combate à erosão.

Para que não haja o que aconteceu comigo e que no primeiro contato com a pessoa da Cafe do Paraná, que tem máquinas, colocando esse problema para a Cafe do Paraná, me diz o cidadão, dizendo que a Cafe deveria ser envolvida junto com DER, com todos esses órgãos que acabei de citar, me diz a Cafe do Paraná, puxa vida, excelente, só assim nós alugamos as máquinas para o DER. Quer faturar em cima do DER. Quem sabe o DER ache o preço muito alto do contrato da Cafe do Paraná. Não dá descoordenado, de forma descoordenada, nós vamos assorear o Lago de Itaipu, quanto mais as estações de captação de água da SANEPAR.

Esse era um ponto que eu queria aproveitar, para deixar como uma proposta, porque eu acho que manter a continuidade

do solo e não ter prejuízos, como tivemos agora com enchentes, só com um plano muito bem elaborado de combate à erosão.

Queria aproveitar também, antes que o nosso Secretário, me faça novo sinal que já terminou meu tempo, para convidar, para apelar a todos os Prefeitos aqui presente e aos Deputados Estaduais, para que no dia 02 de julho, se dirijam a Cascavel.

Dia 08 de abril houve uma reunião de todas as cooperativas do Estado do Paraná, muitas delas em estado pré-falimentar, no dia 17 de junho nova reunião, amanhã uma Comissão de alto nível do Governador José Richa, se encontrará com o Ministro da Agricultura, mas dia 02 de julho, paralelamente, a toda essa movimentação, em Cascavel, com representantes do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, haverá um encontro, para que se analise a resposta que o Governo irá dar ou não, às propostas levadas pelo Governador, que são as propostas das cooperativas e dos agricultores do Paraná e lá em Cascavel, se preciso for e aí portanto eu peço apoio aos Prefeitos, para que inclusive auxiliem no transporte dos agricultores de cada uma de suas cidades a Cascavel, se preciso for lá se traçará as metas, as estratégias de um grande movimento que quem sabe precise ser uma marcha para Brasília aí com cinquenta mil agricultores acampando lá na Praça dos Três Poderes, para impedir que as cooperativas sucumbam, que os agricultores não têm mais condições de produzir. Será um basta da agricultura.

Fica o apelo nesta oportunidade aos Deputados, Prefeitos, Secretários, para que nós nos unamos e mostremos que o Paraná tem voz.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao Plenário, que acaba de receber um telex contendo diversas sugestões do Dr. Celso Peter Gelger, Presidente da CAPEMI e da CREDICARD, em Pato Branco.

A Mesa tem recebido inscrições para aqueles que quiserem participar do debate, creio que desta forma, tornaremos mais práticos os nossos trabalhos.

Na ordem de inscrição, eu concedo a palavra ao Representante da Prefeitura Municipal de Curitiba, Dr. Ricardo MacDonald.

O SR. RICARDO MACDONALD — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário.

Passo aqui, simplesmente, para apresentar à Mesa, um relatório das cheias que atingiram Curitiba e também as primeiras providências que a Prefeitura Municipal está tomando.

Ficamos felizes ao constatar que a manifestação da população através da rede de televisão, quando diz a população da periferia, que o Prefeito, não o problema em Curitiba, é que o Prefeito não estava cavando valetas. Porque exatamente, a Prefeitura de Curitiba está centralizando administrativamente e está atacando exatamente esta periferia que ficou totalmente desassistida nestes últimos anos.

Curitiba por ser grande, também tem grandes problemas. E essas últimas chuvas acarretaram a queda e a danificação de cerca de quarenta pontes na cidade de Curitiba.

Só para citar os principais trechos onde passam ônibus e tem um tráfego intenso, são quarenta obstáculos que a administração tem que superar. E para isso, através do seu Departamento de Obras, está em execução imediata, quarenta galerias celulares de concreto armado em substituição às antigas de madeira. Isso em contrapartida, demanda da Prefeitura de Curitiba um recurso de trezentos e quarenta milhões de cruzeiros.

Todavia o prejuízo havido na cidade de Curitiba, ultrapassa a faixa de um bilhão de cruzeiros.

E são necessários os esforços junto ao DNOS, junto à

COMEC e junto à SANEPAR, para que num trabalho conjunto da Prefeitura se façam as retificações e as correções, dragagens dos principais rios que banham a cidade de Curitiba, como por exemplo, o Rio Ivo, Rio Juvevê, Pilarzinho, Pinheirinho, Tarumã e Belém.

Também, num trabalho de maior fôlego é necessário a imediata execução nas barragens do Rio Iraí e do Rio Piraquara II, que além de servirem de importante sistema de abastecimento de água na região metropolitana amenizará o risco de cheias, pois as nossas águas mais sujeitas a inundação e que atingem cerca de nove por cento da população curitibana, cerca de 90 mil pessoas são periodicamente atingidas pelas cheias. Com estas obras de retificação, como a dragagem do Rio Iguaçu, com a barragem do Rio Iraí e Piraquara II, teriam em muito amenizada a sua situação.

Digno também notar que esta população que habita estas áreas insalubres de Curitiba, chegaria a dizer, não prestáveis à habitação, são exatamente aquelas populações mais carentes, que em virtude do crescimento descontrolado de nossa capital, foram se instalar justamente nos terrenos mais desvalorizados, nos terrenos mais pobres de infra-estrutura, exatamente aqueles mais sujeitos as tais cheias.

Curitiba, através deste trabalho, está minuciosamente apresentando neste documento, que eu vou passar à Mesa, apresenta a sua contribuição neste importante Forum de Debates, sabendo que o problema de Curitiba é de todo o Estado. E sabendo também, que nós contamos através de nossas Secretarias, estão fazendo aquilo que é possível de se fazer no momento para atender esta fase emergencial pela qual passamos.

Gostaria de também dizer aqui, que a experiência passada por Curitiba, está a nossa equipe de trabalho dentro da Prefeitura disponível a todos os interessados neste Forum de Debates para saber quais as providências, quais os encaminhamentos que estão sendo providenciados para que Curitiba sofra um pouco menos estas agruras do momento.

Muito obrigado. — (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa recebe também proposta do Setor Jovem do PMDB do Paraná. (Lê):

“PROPOSTA DO SETOR JOVEM DO PMDB PARA ENCAMINHAMENTO À AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, QUE TRATA SOBRE O PROBLEMA DAS ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DECLARADOS DE “ESTADO DE EMERGÊNCIA”.

A NÍVEL MUNICIPAL:

A participação de toda a comunidade municipal, congregando entidades das classes trabalhadoras, cooperativas, associações religiosas e recreativas, comércio, indústria e a população em geral, para, em MUTIRÃO, promoverem, a nível de Distritos, a recuperação de pontaleiras, pontes de médio porte e estradas, angariando entre os munícipes de todas as classes não só a mão-de-obra, como as matérias-primas necessárias para a efetivação de tal recuperação.

Tal mutirão deverá ser comandado pelo Prefeito, um representante do grupo comercial, por um representante do grupo industrial, pelo Presidente dos Sindicatos existentes, pela “Presidenta” do Clube de Mães e pelos cléricos das paróquias locais.

A NÍVEL ESTADUAL

Que a Assembléia Legislativa Estadual permita ao Poder Executivo Estadual o remanejamento das parcas verbas existentes, modificando o artigo 7.º da Lei Orçamentária em vigor, para o percentual de cinquenta por cento, para a formação de um fundo assistencial às vítimas das enchentes e recuperação do sistema viário estadual.

A NÍVEL FEDERAL

Formação de uma CARAVANA INTER-PARLAMENTAR,

liderada pelo Senhor Governador do Estado, a custo próprio individual, para visitarem o Senhor Presidente da República e exporem, pessoalmente, o estado emergencial em que se encontra o Estado do Paraná.

(a) CAIO PERONDI

Presidente do Setor Jovem do PMDB-PR”

Passo a palavra em seguida ao próximo participante inscrito, Sr. Manoel Henrique Pereira, que representa a COPA-GRÍCOLA de Ponta Grossa.

O SR. MANOEL HENRIQUE PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, autoridades e Líderes Rurais do Paraná.

Eu me pronuncio em nome do produtor da região de Ponta Grossa e da diretoria da Cooperativa Agrícola Mista COPAGRÍCOLA, já temos conhecimento nesta Casa, tivemos o pronunciamento do Deputado Odeni Mongruel, já por pronunciamento da nossa Cooperativa ele trouxe aos Srs., sinais da dificuldade que atravessamos.

Também temos a representação dos Deputados Djalma de Almeida César, e do Deputado Edmar Luiz Costa.

Sr. Presidente, apreciamos nos momentos que passamos juntos aqui nesta Casa, todo o quadro que foi relatado, e gostaríamos de nos pronunciar contribuindo dentro da visão que o Dr. Léo de Almeida Neves colocou sobre os recursos que ele vê a futuro como viáveis.

Mais do que nunca houve nos preocupa de que a cobrança dos juros que nós teremos em oitenta e cinco por cento das ORTN mais três por cento, se torna impraticável, Dr. Léo, porque todos os fatos evidenciam que nós não dispomos do capital, o produtor está erodido, a erosão atacou também as finanças do produtor, com conseqüências que inclusive vem se sucedendo.

No Centro-Sul, no Paraná, nós temos uma sucessão de quatro safras de inverno consecutivas frustradas e ainda agora há pouco nós ouvimos o depoimento de autoridades aqui que o produtor está plantando.

É a fé dele é inabalável, mas a gravidade do fato é extrema.

Então, nós montamos, em Ponta Grossa, com toda comunidade pontagrossense, na semana passada, a Carta de Ponta Grossa. Tivemos a participação direta do Secretário da Agricultura, que demonstrou ser um homem prático; e essa Carta de Ponta Grossa foi enviada a autoridades e a todas as cooperativas do Estado do Paraná, como uma contribuição das dificuldades que nós atravessamos. E nós estamos apreensivos, nós produtores; por isso que estamos sendo vistos até como radicais, porque a apreensão, ligada a uma insensibilidade das decisões que se levou ao homem do campo, até hoje, criam essas paixões extremistas que são os radicalismo. Mas nós estamos convencidos, os produtores estão convencidos, que temos que ter personalidade para tal, porque os próprios homens do Governo, por diversas oportunidades, já nos criticaram, os homens de decisão da área econômica, principalmente. O porque de uma continuidade de uma 706, que, em vez de dar continuidade à pesquisa, suspendeu o uso da semente fiscalizada? Colocou-se os créditos diretamente na conta corrente do produtor descapitalizado? Suspendeu os projetos técnicos? Quer dizer, a impressão que se teve com a apresentação da 706 é que se suspendia a experimentação e estava se fazendo uma nova experiência com o produtor. Que foi desastrosa, porque as nossas cooperativas, hoje, não têm mais dias, nem meses de funcionamento. Têm horas de funcionamento porque existe nova faixa de recursos que é a 761 que está emperrada e quando vier para ser creditada às cooperativas, o tempo e a desvalorização da nossa moeda já se encarregou de diminuí-la até mesmo na metade da pretensão que se teve na solicitação. Então,

Srs., são números que estão aí: 706, 701.

Os funcionamentos, digo, os financiamentos para o trigo: nós temos dois custos de cultura para o mesmo preço final. O agricultor não vai suportar essa situação. Isso é insensibilidade; isso caracteriza falta de conhecimento; isso irrita o produtor, realmente..

Nós estamos, em Ponta Grossa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em reunião permanente; nós estamos em vigília pacífica, e vamos continuar assim porque no dia 2 de julho estarão reunidos os sindicatos e as cooperativas, em Cascavel. Nós, em Ponta Grossa, também estaremos respondendo assim. Nós pretendemos, com atitudes dessa forma, nos personalizarmos e, a futuro, as medidas que se sucederem dessa forma, serão recebidas assim, pelo produtor. Ele vai aprender, o produtor vai usar do direito que tem de se manifestar pacificamente, como é da própria origem dele.

Como contribuição, ainda, ao encerrar, queria dizer aos Srs. Deputados que Ponta Grossa detém, há sete anos, um programa de conservação de solo talvez incomparável em todo País. O nosso produtor aprendeu a resemear cultura após cultura sem movimentar o solo, sem a queima da restela, sem a queima da palha. Isso sim que hoje está apresentado, só nos Campos Gerais, na faixa de 250 a 300 mil hectares, e nós, nesses sete anos, vimos o florescimento desse tipo de conservação a nível de propriedade. Quer dizer, aquilo que sempre se almejou um movimento de baixo para cima. E essa realidade existe.

Senhor Presidente: eu agradeço e repito: nós conseguimos controlar a erosão nos solos, só não vamos conseguir controlar a erosão moral e financeira do nosso produtor.

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Tadeu França) — O próximo a fazer uso da palavra, é o representante da co-Ribeira, João Baptista Correia.

O SR. JOÃO BAPTISTA CORREIA — Senhor Presidente; demais autoridades.

A Co-Ribeira representa a região de influência da estrada da Ribeira. Acreditamos que, com a campanha que vem sendo desenvolvida, que seja de conhecimento de todos, trata-se de um bolsão de miséria existente dentro do Paraná.

Nós atravessamos, o Paraná atravessa um momento de calamidade que não é novidade nenhuma para a região, nós poderíamos dizer que ela vive permanentemente, em calamidade, na calamidade maior, ou seja, na desesperança e na falta de perspectiva. Essa calamidade agravou-se, pela destruição prática da única via de acesso à região, que é a BR-476. Concordeando com o que disse o Sr. Secretário dos Transportes, este não é um problema exclusivamente de chuvas, é um problema que vem se agravando de ano para ano, com o encolhimento, na estrutura do DNER na conservação da estrada, a ponto praticamente de destruir o seu leito, por não ter recursos sequer para repor material no leito da estrada. Isto, vem acontecendo há alguns anos, a estrutura vem desaparecendo e a nossa grande preocupação, hoje, é que, toda a região já está isolada há mais de um mês, e que, dentro dos recursos normais do DNER, não será em mais de um mês ou três meses, que nós teremos o tráfego restabelecido, na estrada. Como, aparentemente, terá que acontecer, que o DER tenha que repor o revestimento dessa estrada que foi tirado ao longo do tempo, então, apresentamos uma sugestão: que esta reposição seja feita, com orientação que permita, no futuro, uma pavimentação da estrada, o que vai propiciar a possibilidade de desenvolvermos os programas econômicos do desenvolvimento da região que estamos pleiteando junto a todas as Secretarias de Governo, de acordo com um documento que foi emitido, a Carta do Ribeira, num Simpósio realizado no dia 8 de março deste ano.

O aproveitamento da oportunidade seria este, que, as autoridades que estiverem em contato com o DNER, consi-

gam para essa região, que, pelo menos se faça um serviço já orientado, na estrada, para uma futura pavimentação.

Obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Tadeu França) — O próximo a usar a palavra é o Presidente das Empresas de Transportes e Cargas no Paraná, Walmor Weiss.

O SR. WALMOR WEISS — Eu queria fazer uma correção: ainda não Presidente, sou Vice-Presidente. No próximo mandato, Presidente. Nosso Presidente, hoje, é o Sr. Gilberto... Walmor Weiss, Vice-Presidente do Sindicato de Empresários dos Transportes.

Sr. Presidente; Srs. Deputados; Srs. Secretários; demais pessoas.

Nós queremos louvar esta Casa pela atitude em abri-la, para que nós, pessoas comuns, do dia a dia, possamos aqui ter acesso e dizer alguma coisa que nos diz respeito quanto ao nosso trabalho, enfim, às coisas do Paraná.

Sr. Presidente, nós recentemente, em trabalho, estivemos em Brasília e no Ministério dos Transportes, soubemos de que o Ministro seria sabatinado dentro talvez de uma hora. Nós, preocupados com o nosso trabalho e em procurar saber das coisas que lá acontecem, no meio dos privilegiados que o nosso está fora, para lá nos dirigimos.

E ficamos tristes, Sr. Presidente, porque nas colocações que iríamos fazer também ao Sr. Ministro, através de um dos nossos Deputados, não pudemos fazer. Tivemos de nos dirigir ao Deputado Micaroni, do Rio Grande do Sul, porque nenhum dos Deputados do Paraná estava na Comissão de Transportes sabatinando e comprometendo a Sua Excelência, para as coisas do Paraná. Então ficamos tristes.

Senhor Presidente, nós aqui trazemos e viemos para trazer uma sugestão. Não é nossa. Mas lá em Brasília vimos e achamos de uma grande valia. Nessa mesma Comissão tivemos sorte de encontrar um Deputado do PMDB-mineiro, que nos convidou para um jantar à noite no Estado de Minas. Lá estavam reunidos mais de quatro mil mineiros e numa mesa grande, para surpresa minha, estava Sua Excelência o Governador Tancredo Neves e na frente de Sua Excelência o Deputado Federal Magalhães Pinto, ao lado dele aqueles Srs. do PTB com os seus Deputados e os Deputados também de outros partidos.

Senhor Presidente, eu amo este Estado que me adotou, porque sou natural de Santa Catarina e ao ver aquilo não me contive, fui até o Governador para pedir que me apresentasse, e perguntei:

"Excelência, como o Senhor consegue toda essa reunião em volta de uma mesa?" "Ele me respondeu, Sr. Presidente: "Meu filho, antes e acima de tudo está o interesse do Estado de Minas Gerais." E nós vimos há poucos dias em nosso Estado, para receber uma verba e essa verba não veio, talvez por interferência de grupos. O nosso Estado não pode mais ficar por interesse de grupo. O Estado do Paraná precisa da união de todos, também dos empresários que só aparecem na hora de defender os seus direitos e não quando o Estado realmente precisa como é a situação atual.

Como empresário, Sr. Presidente e Sr. Secretário dos Transportes, quando vimos agora o nosso Estado ficar ilhado do resto do Brasil, dizendo que, por causa da chuva, que nós sabemos que não é, que é por falta de manutenção como Vossa Excelência bem disse no seu programa de trabalho, recuperação. Vimos com uma tristeza enorme esse documento, que Sua Excelência, o Ministro leu na Câmara. Eu quero passar às mãos se o Sr. ainda não tem. Na verba de transporte para o DNER, em 1974, era 539 bilhões e agora foi baixada para 196 bilhões.

Senhores, que Governo é esse que em vez de aumentar diminui a um ponto principal — na economia, transporte, fica

relegado a um ao último plano. Realmente não dá para entender.

Eu passo às suas mãos, Sr. Secretário, este documento que nós conseguimos pegar na Comissão de Transportes. O Sindicato, Sr. Presidente, ainda não posso falar por ele, mas o empresário se coloca totalmente à sua disposição para o que for necessário em todo e qualquer momento e louva e parabeniza esta Casa, por esta forma de abri-la ao povo para que venha aqui e diga o que sente em seu coração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência recebe da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, através de seu Prefeito, o seguinte expediente. (Lê):

“Senhor Presidente, sirvo-me do presente para solicitar a sua colaboração diante das desagradáveis consequências causadas pelas constantes chuvas que caíram dias passados. Entre outras consequências, tivemos vários bueiros e pontilhões destruídos, bem como o asfalto da rua João Pessoa deste município, que foi parcialmente destruído pelas águas que tomaram conta das casas e ruas das cidades. Estamos com alguns municípios desabrigados que necessitam de ajuda e também necessitamos de um aterro para, em caso de enchentes, fazer a ligação entre as duas partes que ficam divididas sem condições de comunicações. Essa comunicação entre as duas partes da cidade era feita anteriormente através da antiga ponte da Estrada de Ferro, mas essa foi retirada pela Rede Ferroviária Federal S.A., impossibilitando a comunicação. Na expectativa de contar com a atenção e compreensão de Vossa Senhoria, a quem anticipo agradecimentos, apresentando os protestos de consideração e apreço.”

Quero comunicar ao Sr. Prefeito de Porto Amazonas, que a sua solicitação será encaminhada através de órgãos competentes do Governo.

Em seguida, concedo a palavra ao próximo participante inscrito, Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados, Prefeitos, Vereadores, Secretários de Estado, dirigentes de órgãos da administração estadual, minhas Senhoras e meus Senhores.

Ouvimos aqui que muito intenso foi o índice pluviométrico dessas últimas chuvas, mas a minha preocupação não é tanto quanto à intensidade das chuvas: a minha preocupação que eu quero trazer a este Simpósio é no que se refere à capacidade de descarga da água que nós estamos paulatinamente diminuindo essa capacidade de descarga. Por várias razões, e eu apontaria aqui quem sabe três ou quatro, e ao mesmo tempo que eu vou apontá-las, eu quero apresentar sugestões.

1 — Os nossos vales não estão tendo a devida proteção quanto ao uso do solo no fundo do vale. Isto eu quero me referir mais ao problema da rede urbana, já que a minha especialidade é planejamento urbano. Há que se estabelecer para os municípios todos uma lei disciplinadora do uso do solo no fundo dos vales, e isto é, para mim, extraordinariamente importante para proteger a capacidade de descarga desses mesmos vales. Eu levaria à Secretaria de Planejamento, eu levaria à SANEPAR, levaria à COMEC, levaria às Prefeituras todas a necessidade de se estabelecer uma lei de proteção do fundo do vale na área urbana de cada município, disciplinando com rigor e fiscalizando com maior rigor ainda o uso do solo para evitar o estrangulamento da capacidade de descarga. Deixo aqui esta idéia para um aprofundamento.

Segundo ponto: é o problema da cobertura florestal — e para não me alongar já que o tempo já não nos permite — eu queria lembrar o Parque do Marumbi, Serra do Mar, que está sendo devastado de maneira intensa, provocando cada vez mais o assoreamento das bacias hídricas do litoral paranaense, da

própria baía do porto de Paranaguá. E no caso das bacias hidrográficas do litoral paranaense, estamos transformando os nossos rios em verdadeiros destruidores não só da agricultura da região como até das cidades. Guardadas as proporções, eu quero lembrar os episódios do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Nós temos que agir com rigor no problema do desmatamento na Serra do Mar e em outras áreas do Estado, estimulando-se inclusive a problemática do replantio de essenciais florestais em áreas adequadas para evitar o assoreamento das nossas bacias. Eu poderia voltar também aqui, Sr. Presidente, o problema da proteção dos canais de descarga, através das tradicionais ações que aqui já vão levantadas com o problema de dragagem e limpeza dos canais; inclusive no caso de Curitiba, o que é muito grave, a limpeza das galerias fluviais estão por serem construídas há muito tempo, extraordinariamente obsoletas, e incapazes de darem vazão à quantidade de águas provenientes de chuvas muito menores do que estas. Porque o fenômeno de enchente, é um fenômeno cíclico, de determinadas regiões do Paraná, inclusive Curitiba.

Todo ano, há o problema de enchente, não nas proporções observadas. Mas eu quero observar que a medida que a ocupação do solo se desenvolve, diminui a área de impermeabilização, aliás de infiltração, aumentando a área de impermeabilização. E a água tem que ser conduzida; então para tomar-se medida a nível urbano, e novamente sugestão à Famed, à Comec, no sentido de se estabelecer com rigor, a taxa de ocupação do solo urbano. Nós temos a área do lote; e construímos cem por cento do lote, impermeabilizamos, a água cai, tem que correr, tem que caminhar para a rua e nós temos que agir com muito rigor na taxa de ocupação do solo urbano. Inclusive penalizando aqueles proprietários que utilizam cem por cento da área do lote, para construção. Levaria a que as Prefeituras precisem parar com este veso de pavimentar vias públicas mais larga possível. Eu conheço, em cidades do interior e mesmo dentro de Curitiba, ruas que não têm elevada importância viária, com uma pequena calçada para pedestre dos dois lados, de um metro, um metro e meio e a largura extraordinária da via de pavimentação. Tudo impermeabilizado. Diminui conseqüentemente a área de infiltração da água fluvial. Água de chuva.

Eu trago isto para o exame dos Senhores. É evidente que eu poderia sobre qualquer um desses pontos, discorrer aqui um tempo muito mais avançado; mas também não vamos querer resolver este problema, apenas minimizando os efeitos mas vamos pensar no futuro e para evitar que outros fenômenos menores do que esse, possam ocorrer e vão ocorrer, se nós não tomarmos medidas drásticas, para atender aquele princípio primeiro da hidráulica que a água não deve ser contrariada deve ser conduzida.

(Muito bem) — (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor Presidente, Srs. Secretários de Estado, colegas de Estado, Prefeitos, Vereadores, Senhores todos aqui presentes.

Além do aspecto pontes, estradas, semi-arruinadas, nós Deputados sentimos aqui nestes dias de enchentes, uma ressonância bastante grave. Razão pela qual, fazemos questão de colocá-la neste debate.

Gilberto Freire, quando apresentava à nossa sociedade, em Casa Grande e Senzala, jamais aponta um quadro de que um escravo passava fome na sua senzala, nos tempos de chuvas. Com toda a evolução da Lei Trabalhista, o quadro mais desesperador que nos chegou nestes dias, foi constituído pelos gritos de desespero de Prefeitos de nosso Estado, que não sabiam o que fazer ante a perspectiva de possíveis saques, de possíveis

invasões por bóias-frias, porque não tinham mais condições de trabalhar, de sobreviver.

Eu creio que este quadro nos é o suficiente, motivador, para que empresários políticos, para que todos nós coloquemos em discussão a nível de prioridade a legislação, pelo qual são conduzidos os nossos trabalhadores rurais, que na sua configuração, repetem pelo que já puderam observar um quadro pior do que o quadro de escravos, apresentado por Gilberto Freire, é por isso que neste Fórum, nós pretendemos colocar também como conclusão e como sugestão, a nível de Estado, a nível Federal, é preciso rediscutir e criar uma nova legislação do trabalhador rural.

Por mais penalizado que seja, o proprietário rural possui o Proagro e o trabalhador rural não possui o Proagro da fome, para proteger-se contra as intempéries, contra as calamidades.

Eu creio que além dos bilhões de prejuízos, de maior importância ainda se reveste o prejuízo, espelhado, refletido, na própria natureza humana, que se mostrou escrava em vários pontos do Estado.

Por esta razão, Senhores, nós colocamos esse aspecto, o aspecto humano, o aspecto social, o aspecto de quem trabalha, precisamos socorrer o empregador e proprietário, precisamos modificar uma estrutura legal, que forçou praticamente o proprietário rural a incentivar o aparecimento do "bóia-fria", precisamos condenar os agenciadores de causa, que foram grandes responsáveis no passado, também desvirtuando, convertendo nossa terra em amplas pastagens, donde foi expulso progressivamente o ser humano.

O nosso proprietário aí está, eu tomo a liberdade em termos de ordem prática, de apresentar uma sugestão do jovem prefeito de Lobato, aqui presente, quando ele dizia ser de urgência agora para as Prefeituras, pequenas principalmente, que a Cafe do Paraná, ajudasse as Prefeituras, em termos de atendimento aos proprietários que sofreram as consequências da erosão, cedendo equipamento, para ajudar os proprietários nas curvas de níveis que devem ser formadas, para obstruir a força erosiva que vai comprometer o nosso solo.

Senhores, eu creio que nesse aspecto, permanece entre tantos outros que foram citados, uma inquietação das maiores, é preciso, principalmente, agora, que nós sentimos que força escrava perdura num estado de decadência muito maior do que no passado e não é força de expressão, é verdade que nós sentimos no depoimento de Prefeitos, sendo que vários deles aqui estão presentes.

Prefeituras transformadas em imensas cozinhas, onde se apinhavam trabalhadores, se não trabalhadores não merecem ser desprotegidos por uma lei que os marginaliza que os deprecia.

Essa inquietação portanto nós a traduzimos e precisamos de um esforço conjunto de todos, não seremos nós Deputados, não será o Governo do PMDB, que haveremos de estruturar e vislumbrar no Paraná e no Brasil uma nova lei de amparo ao trabalhador rural, mas juntos nós podemos sanar esses fatos.

Eu quero enfatizar aqui e dar os parabéns àquela mensagem assinada pelo vice-presidente do Sindicato dos Transportadores de Carga do Paraná, como dizia é um crime contra o Paraná qualquer perspectiva de boicote em nome do que quer que seja, a situação é grave, é profundamente alarmante e hoje em dia, nós decretamos e devemos agir como superado totalmente aquele ciclo, em que alguém corria à porta de uma Secretaria ou de um Ministério, para barrar recursos comunitários ou pelo menos retardar ou dificultar, porque determinado Líder não pertencia à sigla partidária idêntica a sua titular de uma liderança qualquer.

O momento é grave, acima de tudo o interesse do Paraná, razão pela qual reafirmo e o parabenizo por isso, não é hora de siglas, não é hora de questiúnculas, é hora de salvar o Estado que está com graves problemas perante os quais nós não podemos de

forma alguma cruzar os braços e de fato denunciar, a apresentar sim, porque, quem obstrui ou cria problemas ao envio de recursos, no momento tão grave como é o nosso, se configura de fato como um verdadeiro traidor da comunidade na qual nós vivemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, companheiro Wilson Thiessen, da OCEPAR.

O SR. WILSON THIESSEN — Sr. Presidente, eu volto a utilizar a palavra, não poderia deixar de passar esta oportunidade, depois de ver todos estes pronunciamentos que aqui hoje foram feitos.

Eu gostaria, realmente de reforçar que as causas das enchentes, prejudicaram realmente, todos os setores da economia paranaense. E gostaria ainda de reforçar a posição colocada pelo Deputado Mário Pereira e o Deputado Adhail Sprenger Passos, quanto, talvez, seja, aquele que talvez seja o maior problema que hoje foi levantado neste plenário e o problema que nós todos temos que buscar uma solução, a mais imediata possível ou seja, a conservação do solo e água.

Eu acho que esse realmente seja o maior problema hoje que existe no Estado do Paraná sem sombra de dúvidas. Nós provamos aqui, que todos que usaram a palavra, foram diretamente, tiveram diretamente as suas atividades sob suas coordenações, prejudicadas pelo fenômeno da má conservação do solo e água.

Eu até alinhabei aqui algumas organizações reforçando a posição que já foi dita aqui pelo Deputado Mário Pereira e Adhail Sprenger Passos. Nós devemos ter no Estado do Paraná, mais de trinta organizações que cuidam do problema do solo e água. Todas elas de maneira dispersa. Poderia citar a SUDESUL, a Secretaria do Interior, os órgãos de pesquisa, a EMBRAPA, IAPAR e a própria OCEPAR, as universidades, a Secretaria de Agricultura na administração direta e através das ações vinculadas, ACARPA, Cafe do Paraná, as Associações de classes, Associações de Engenheiros Agrônomos, as Associações Conservacionistas, o Ministério da Agricultura, que já coordenou vários planos que nunca foram executados em termos de conservação de solo e água. O DNER, o Departamento de Água e Energia, o ITC, IBDF, COMEC. A lista é tão grande, SUREHMA e tantos outros, que nós precisaríamos realmente, sentarmos em volta de todas as siglas que existem no Estado e veríamos que diretamente ou indiretamente todas elas estão relacionadas com o problema e, cada um por si querendo resolver o problema.

Então, a minha sugestão, é que inclusive, através da Assembléia Legislativa do Estado, que convoque um seminário específico que convoque todos os órgãos para que o Estado do Paraná defina o que seria a sua posição referente ao problema de conservação de solo e água do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua livre a palavra aos Srs. participantes que queiram fazer uso dela.

Parece que tem inscrição o Deputado Gernote Kirinus, a quem concedo a palavra neste momento.

E antes porém eu consultaria aos Senhores Secretários de Estado, que ainda se fazem presentes, se pretendem abordar algum assunto de cujas dúvidas ou soluções foram apontados neste plenário.

Está com a palavra o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados que compõe a Mesa, Srs. Deputados do Plenário, Srs. Secretários, Srs. representantes de entidades de classes, de coopera-

tivas, Senhoras e Senhores.

Oportunamente terei que fazer um relatório que está sendo preparado no final, que pretende com maior objetividade retratar o que foi o dia de hoje. Eu gostaria de me antecipar na palavra para registrar a nossa satisfação, registrar a nível pessoal o que nós sentimos durante o dia de hoje.

Eu acredito que hoje nós vivemos, neste Poder, uma verdadeira lição de maturidade. Uma autêntica lição de maturidade é a que tivemos hoje aqui. O sinal maior de que o interesse maior de toda a comunidade paranaense fale mais alto. As naturais divergências político-partidárias cedem lugar para uma necessária e imprescindível união entre todos os paranaenses.

Essa união dos antagonicos, união de todos os segmentos representativos da sociedade paranaense, dos políticos para enfrentar desafios tão grandes como esses das enchentes, merece a nossa consideração.

Talvez, é desta união também, que precisamos para enfrentar um problema, uma situação gravíssima pela qual atravessa a Nação e que vem agravar o problema da enchente.

A enchente é um fenômeno natural, no entanto, a outra avalanche que cai sobre a cabeça de todos os brasileiros, todos os agricultores e, principalmente, estes que sempre correram com o risco de produção, que sempre acabaram sendo enganados pelo preço final do seu produto, aqueles que hoje, mais uma vez estão sendo duramente castigados com o pacote econômico que é o sinal da situação de dependência endêmica que está a Nação brasileira.

Mas, hoje tratamos aqui da dificuldade criada pela enchente.

Talvez, numa próxima ocasião possamos tratar daquele outro fenômeno que não é oriundo da natureza, mas fruto da dependência econômica, fruto da cabeça dos homens que nos governam.

Entretanto, esse Legislativo agradece a pronta resposta de todos que aqui vieram participar e faço esse agradecimento em nome pessoal, numa demonstração viva de solidariedade, sentimento que aflora com intensidade nas horas mais cruciais em que atravessa o nosso Estado, a nossa gente.

É esta uma hora crucial, porque isso une todo o Paraná. É o Paraná unido para vencer os desafios, para superar os duros reveses que sofremos.

Não há agora distinção entre um e outro partido político, nem entre autoridades e a sociedade em geral.

O que há, e isso é extremamente salutar, é a compreensão de todos sobre a gravidade da situação e sobre a conduta de cada um na busca constante das respostas das quais precisamos com urgência.

Oremos pelos mortos produzidos por estas enchentes. Lamentemos os que perderam seus bens e ficaram ao desabrigo. Lastimemos as pesadas perdas na produção, na infra-estrutura, mas, vamos cuidar de curar as nossas feridas, porque os problemas são nossos e as soluções deverão brotar da nossa capacidade, da nossa força, da nossa união.

É preciso estoicismo, mas é sobretudo preciso contribuição de todos os brasileiros.

A Nação precisa nos dar uma mão, para as mãos que produzem tanta riqueza e que ajudam o Brasil a superar, pelo menos em parte, as suas dificuldades.

Temos fé que nosso apelo será atendido!

Que todo o auxílio necessário para realizarmos o trabalho de reconstrução nos seja fornecido, já que isso interessa sobremaneira, também à Nação brasileira, porque atingiu um dos grandes contribuintes que é o Estado do Paraná.

Aqui não está em jogo o interesse pessoal nem o interesse partidário, é o destino de uma comunidade inteira que está em jogo!

Há muito por fazer e sozinho o Paraná nada pode, ou pelo menos torna-se mais difícil seu esforço na reconstrução aqui

tantas vezes citado.

A Comissão inter-partidária levará a Brasília as propostas hoje aqui formuladas.

É indispensável a conscientização de que é premente a necessidade de que sejamos unidos, de que o Brasil atenda o Paraná nessa hora difícil, pois o Brasil em boa parte de seu território está sofrendo e isso pode agravar ainda mais o grave quadro de dificuldades que o Brasil enfrenta.

Todos juntos seremos fortes, aqui estamos unidos e essa união é a força do nosso Paraná, vencer também esse desafio que é o da enchente.

Muito obrigado!

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Eu concedo a palavra ao Sr. Secretário do Interior, Sr. Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, ilustres participantes, só para aduzir algumas informações de no assunto que acho extremamente oportuno, levantado e repetido inicialmente pelo Secretário da Agricultura em seguida com maior destaque pelo Deputado Mário Pereira, por outros que vem complementar a intervenção do ilustre representante da OCEPAR, a propósito desse assunto, que realmente entendo que está entre as primeiras questões no Paraná. Nós, recentemente, tivemos uma longa conversa com o Governador no sentido de apresentar o quadro realista dessa problemática.

Então só situando o exemplo que há pouco falávamos das 12,4 milhões de toneladas que vão anualmente para a Bacia de Itaipu, sendo que um terço disso, somente através do Rio Ivaí, não somente situando que as 100 mil amostras relatadas pela Secretaria da Agricultura que identificam a existência de um milhão de hectares em processo de pré-desertificação do Estado, não só exibindo informações científicas de que essas duas regiões sofrem essa caída de 2, 3, 5 metros que tínhamos ontem, para 20, de hoje, não só informações na área tóxica, que, nos últimos seis meses tivemos 26 mortes e 1.600 intoxicados, isto efetivamente cadastrado. E temos uma série de informações que seriam de que, o Governo do Estado elaborasse, pudéssemos elaborar uma proposta de uma política de um meio-ambiente para o Estado.

E todos lembram e testemunharam num programa recente de televisão em que o Governador terminava o programa exatamente fazendo referência a esta questão e insistindo na necessidade de que possamos construir uma política estadual de meio ambiente.

E eu saio daqui, Sr. Presidente extremamente gratificado, não só pelo exemplo que o Parlamento do Paraná dá nessa hora, não só pelos assuntos veiculados especificamente, a questão da enchente propriamente dita, mas porque talvez aqui nós estamos iniciando em cima até da proposta da OCEPAR, de elaborar um seminário, porque o solo é propriedade de toda a humanidade e não cabe a uma ou duas ou três gerações fazer o desastre que nós estamos fazendo.

A natureza leva de 400 a 500 anos para construir um centímetro de solo fértil e nós estamos jogando o mesmo por ano nos rios do Estado, temos regiões do Estado que em 30, 40, 50 anos destruímos mais que a China em um milhão de anos e a Europa em 800 anos.

É preciso que nós possamos nos situar aqui e agora diante dessa problemática extremamente séria.

Bom se nós somarmos isso tudo, eu concluiria dizendo que o Governo do Estado, o Governador José Richa, perante o Paraná já assumiu na rede de televisão a necessidade de assim fazermos no despacho seguinte que tivemos, na Secretaria do Interior, acolheu a idéia de que a SUREHMA, sem a pretensão de ser paternalista, o pai da criança como se diz, o padrinho da idéia, mas que a SUREHMA que é o órgão institucional da área

de recursos hídricos e meio-ambiente, ao menos iniciasse a coordenação de um trabalho amplo, no Estado, para que pudéssemos desaguar numa proposta de uma política estadual de meio-ambiente.

São essas idéias aqui levantadas, a proposta do seminário, as questões trazidas pelo Deputado de Cascavel, Mário Pereira, e outras intervenções, realmente se somam e acho que aí identifica-se, realmente, essa idéia. E eu insisto em voltar a usar o microfone porque exatamente para sublinhar a necessidade de que nós priorizemos a questão de meio-ambiente onde incluiria tudo isso: erosão, problema da degradação do solo urbano, solo rural etc., etc. E digo mais: só o Estado, por incrível que pareça, nós temos 14 órgãos, departamentos e setores tratando do problema; todos tratam, mas não há uma coordenação. Acho que aqui nós podemos começar; uma vez superada essa questão imediata, próxima, urgente, que é da enchente, nós possamos continuar unidos nessa idéia, para que possamos salvar o Paraná, porque a coisa mais rica que nós temos, exatamente está sendo perdida. E eu insisto nisso, saindo daqui extremamente gratificado, dizendo que a SUREHMA que faz parte da Secretaria do Interior, é apenas a ponta de lança para que possamos iniciar essa coordenação. E vamos elaborar, com certeza, a curto prazo, porque já foi entregue ao próprio Governador, um rascunho da proposta de trabalho. Mas o que se trouxe aqui, da idéia do seminário, como se este assunto pudesse ser palpitante na própria Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente desta Casa, nós já a presidimos uma ocasião, se fizesse um Fórum permanente de trato dessa questão. Tomara que nós pudéssemos entender a gravidade dessa questão. Sou extremamente consciente de que o Paraná, Estado, como Estado é incapaz de resolver esse problema. Esses assuntos de problemas ambientais, em todos os países só foi possível enfrentá-los quando há a conjunção de esforços da comunidade e do Estado. O Estado sozinho não faz; a comunidade sozinha também não. É preciso a convergência dessas duas forças: do Estado e da comunidade, até por um exemplo típico: o Estado não tem capacidade de pulverizar fiscais; cada cidadão tem que ser fiscal do seu ambiente.

Isso tudo eu trago, então, para complementar a minha intervenção, porque saímos daqui acho que todos nós engrandecidos como paranaenses pela atitude deste Parlamento, e para que possamos também já aí enfrentar essa nova questão, que ela é antiga, mas é nova na medida em que não houve, até hoje, uma coordenação; uma política unitária; convergente para enfrentar esse problema, porque nós sabemos que na natureza não existe castigo. O que existe na natureza são consequências. Cabe a nós, que criamos essas consequências, ao menos amenizá-las.

Era isso. Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua livre a palavra.

Com a palavra o companheiro que a solicita.

O SR. LEOMAR LOPES (Prefeito de Francisco Beltrão).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários de Estado, demais Srs. Deputados e participantes deste Encontro.

Eu não vou abordar aqui problemas de enchentes que foi amplamente abordado, mas apenas trago uma solicitação e uma sugestão: uma solicitação é de que todos os Secretários que participaram deste Encontro, na medida do possível, nos auxiliasse, porque nosso município foi o mais atingido pelas cheias do mês de maio. Nossa cidade esteve uma quarta parte dela inundada. Acredito que Francisco Beltrão e União da Viória foram as duas cidades que mais sofreram pelas cheias. Estamos no propósito de retirar toda a população ribeirinha para um local seguro porque, segundo um trabalho feito pelo DNOS, a retificação do Rio Marrecas é inviável pela formação

do seu leito rochoso e um rio de muitas curvas. É um trabalho totalmente inviável. A única solução é retirarmos a população daquela área e transformar as margens do rio num local de lazer, transformando ali uma urbanização da cidade. Para isso, necessitamos de recursos, recursos esses tão escassos no dia de hoje, mas sem o qual nós não conseguiremos nada. Por outro lado, trago um pedido, de que esta comissão mista que vai a Brasília, leve a nosso pedido, uma sugestão de que seja empregado no setor Sul do País, os recursos do FINSOCIAL, recursos esses que foram tributados à população, através do comércio, da indústria, que deveria ser útil justamente nessas horas. A finalidade do FINSOCIAL seria para socorrer os necessitados nas horas de emergência. Por outro lado, nós, em nosso município, estamos aconselhando o pequeno agricultor que procure fugir o mais rápido possível dos bancos, para seus financiamentos agrícolas. Qual seria a solução para o colono que já vem refinanciando várias vezes a sua safra? A única maneira seria de conseguir sementes e insumos modernos através das cooperativas, dos fornecedores, para pagamento após a colheita. Qual seria a medida? Através dos órgãos competentes, através da Cafe do Paraná, da Secretaria da Agricultura, de fornecer estas sementes, para serem pagas após as colheitas. São essas as minhas sugestões, e agradeço a oportunidade.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Continua livre a palavra.

Com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Queria fazer uma colocação, aproveitando o encontro da tarde de hoje, colocação em cima do que o Dr. Léo de Almeida Neves, do Banestado, colocou aqui, de que as pequenas propriedades no Paraná, tivessem uma facilidade melhor no crédito e o crédito preferencialmente, se possível, subsidiado.

Por quê essa preocupação?

O problema de enchentes, de frustração de safras, nas regiões produtoras, evidentemente vai ocasionar a dificuldade para que o agricultor se mantenha dentro da pequena propriedade. E eu vejo uma preocupação muito grande no Estado do Paraná, como em muitos Estados do Brasil, do "bóia-fria".

Evidentemente, este "bóia-fria", necessita assistência de todo o Poder Público.

Agora, parece-me que há uma medida que não se toma e, por conseguinte não vai se exterminar o "bóia-fria" nunca: nós precisamos amparar o pequeno proprietário que já está com um pé fora para ser o "bóia-fria" de amanhã. Enquanto nós não desenvolvermos uma política para manter realmente o pequeno trabalhador dentro da sua propriedade, nós estaremos indefinidamente conseguindo alocar "bóias-frias", e outros tantos surgirão atrás deles, até porque, como "bóias-frias" serão melhor vistos do que como pequenos proprietários em dificuldades. A grande campanha que o Paraná precisa fazer para continuar com o trabalhador na terra, é procurar uma forma de amparar o "bóia-fria" é bem verdade, mas amparar também, aquele que já é um quase "bóia-fria", que o será sem dúvida alguma amanhã, se não houver, para ele, uma atenção especial. Dentro desta proposta, se me permite a Mesa, eu gostaria, na presença de Prefeitos do Paraná inteiro, entidades de classe, de convidarmos para, no dia 7 do mês de julho, ao II Encontro Paranaense, II Congresso Paranaense de Suinocultura a ser realizado na cidade de Dois Vizinhos. Eu acho altamente importante a presença de todos, porque nessa oportunidade, novamente, se não houver solução, antes, terão os suinocultores, as associações, os políticos, a tomar posição uma vez mais frente ao grave problema que nós enfrentamos, do milho, que o Paraná produz e que não tem, o que vai ocasionar dificuldades para o trato de suínos e a elevação, obviamente, dos preços da ração produzida por esse cereal.

Dia 7 de julho, portanto, II Encontro Paranaense de Suinocultores, na cidade de Dois Vizinhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua livre a palavra.

Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, eu solicito ao Sr. Deputado Odeni Mongrue, que proceda a leitura do Relatório das Propostas apresentadas pela Comissão Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e comunicar, ao Plenário, que, estiveram diretamente ligados à elaboração desse Documento, o Sr. Deputado Mário Pereira, pela Comissão de Transportes; Deputado Ivan Gubert, pela Comissão de Agricultura; Deputado Mário Almeida, pela Comissão de Saúde; Deputado Caio Quintana, pela Comissão de Segurança Pública.

O Deputado Odeni Mongrue traz, em nome da sua bancada, Bancada do Partido Democrático Social, uma mensagem para que se registre, neste evento.

Com a palavra, o Sr. Deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUE — Sr. Presidente, Srs. Secretários aqui presentes; Diretores de Empresas Públicas, representantes de diversos órgãos Estaduais, líderes sindicais, cooperativistas, comunitários aqui presentes, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Coube a mim, por delegação do eminente Líder do meu Partido nesta Casa, Deputado Luiz Alberto Martins Oliveira, falar neste instante em nome do meu Partido, mais especificamente, da Bancada do meu Partido aqui na Assembléia Legislativa.

Eu gostaria de justificar a ausência do Líder da Bancada do PDS, o Deputado Luiz Alberto Oliveira, que se encontra neste instante em viagem ao vizinho Estado de Santa Catarina, onde em reunião de Parlamentares, assuntos preocupantes que assolam este Cone-Sul do País estarão sendo tratados. E lá, naquela ocasião, sem dúvida alguma, levará o nosso Líder, a posição da nossa Bancada, de solidariedade, de apreço e consideração ao estado de sofrimento que vivem os brasileiros no Extremo Sul do País.

Eu quero também, dizer aqui, da importância desta iniciativa que no dia de hoje, o Poder Legislativo desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela sua representatividade, pelo poder de representatividade que tem ao reproduzir aqui o coro de vozes dos mais diferentes segmentos da sociedade paranaense. Marca de forma expressiva, a sua posição, diante dessas calamidades que assolam a economia e a sociedade paranaense.

Quadro de calamidades e de crises, aqui já se disse e é verdade, conjunturais a princípio, mas estruturais, de sempre. Rousseaux, vale lembrar aqui: "Que o que une os homens é a miséria e não as virtudes". Eu ouvi com muita atenção a fala de tantos, registrei uma observação do Secretário Nelson Friedrich, ao dizer que a natureza não castiga, nós sofremos da natureza as consequências dos nossos comportamentos. Eu apenas gostaria, não em desrespeito à observação do Secretário, a expressão que talvez estejamos vivendo — um castigo pedagógico. E nesse sentido é que nós nos unimos, como é esta proposta do Poder Legislativo, é uma questão suprapartidária, insensível seria o homem público que entendesse nesse momento de severas dificuldades em que vivemos, estivesse, quem quer que seja, disposto a dividir de forma egoísta, uma ação uma, coisa e forte que se faz neste instante, indispensável.

Nós desejamos todos nós indistintamente, que esta conjugação de esforços de tantos quantos aqui se encontram, presentes ou representados, leve-nos à superação dessas necessidades básicas de segurança e desenvolvimento. Quando o risco de sobrevivência, a falta da saúde, a escassez de alimentação, a precariedade na habitação, tudo isso, contamina grupos so-

ciais atingidos o que nos caracteriza neste instante, como uma sociedade em estado patológico.

O momento presente, os problemas conjunturais, estruturais e suas consequências, confundem-se ao tempo em que as resistências do homem paranaense atingem episodicamente a intensidades extremas.

A Bancada do Partido Democrático Social nesta Casa tem consciência dessa necessidade de conjugação de esforços de diferentes setores de atividade do Paraná e dos diversos planos governamentais para vencermos todos juntos o desafio que ora se apresenta. A proposta de "mão estendida", manifestada pelo Líder de nossa Bancada, o Deputado Luiz Alberto Martins Oliveira ao Governo do Paraná, reiteramos aqui e agora esta disposição bem como estendemos para sempre em que a sociedade paranaense viver situações como esta que ora nos flagela.

O nosso propósito, portanto, não fica apenas no "simbolismo do aperto de mão", mas declaramos as atitudes que adotamos, acionando por iniciativas de companheiros de nosso Partido que integram a Bancada na Câmara Federal, a autoridades governamentais em Brasília para que as atenções para as medidas repetidas tantas vezes, tantas vezes reclamadas tenham o quanto antes a devida ressonância.

Quanto à posição do Diretório Regional do nosso Partido, em contato que mantive com o Presidente Paulo Pimentel, ouvimos a manifestação de aplauso de nosso Líder pela iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e nos pede que coloquemos o nosso cumprimento ao Presidente Trajano Bastos e aos integrantes de ambas as Bancadas com assento neste Poder Legislativo. A manifestação de respeito e de solidariedade de nosso Presidente do Partido a tantos quantos sofrem os negrões desta situação vivida no Estado do Paraná, em especial aos Senhores Prefeitos, aos Senhores Empresários, às Lideranças Cooperativistas, Sindicais, Comunitárias e de classe diretamente envolvidas no difícil processo de decidir e se de solucionar.

Oferecemos ainda a demonstração do propósito pessoal de integrar a "Voz do Paraná" que deste encontro agora ecoa para tratar junto ao Governo Federal dos nossos mais legítimos interesses em questão. Finalmente, vale lembrar a importância da livre iniciativa como processo de produção de riquezas que deve caracterizar o tipo de sociedade que desejamos construir o que tudo cabe neste instante fazer para preservá-la.

Quanto mais no momento em que a economia descontrolada que nos assusta privilegia o capital especulativo em detrimento do capital produtivo, quando este traz reflexos imediatos ao plano social. Por isto só já estaria no momento presente a exigir uma tomada de posição de nossa Bancada em favor de um apelo incansável dos empresários, em especial do setor agrícola, pelo que representam na edificação deste Paraná, o de ontem e o de hoje e na construção, por certo, do Paraná de sempre, moderno e capaz, solidificá-lo para riqueza construída através do setor econômico primário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Eu solicitaria do Deputado Odeni Mongrue, que já se encontra na tribuna, que proceda a leitura do "Relatório" das propostas apresentadas na Comissão Geral da Assembléia Legislativa.

O SR. ODENI MONGRUE — (Lê): "RELATÓRIO DA "AUDIÊNCIA PÚBLICA" SOBRE O PROBLEMA DAS ENCHENTES

Reunida em Comissão Geral, pela primeira vez utilizando o que permite o Artigo 35 de seu Regimento Interno e ouvidos, em audiência pública, o Sr. Governador do Estado, Secretários e Representantes da agricultura, da indústria e do comércio, para uma análise da situação do Estado em face das enchentes que assolaram o território estadual desde novembro do ano passado, e com maior intensidade nos meses de maio e junho,

a Assembléia Legislativa decide formular o seguinte apelo às Autoridades Federais, com base nos seguintes considerandos:

Já são por demais conhecidos os danos produzidos pelas cheias. Dezessete mortos, centenas de casas destruídas, milhares de casas danificadas, infra-estrutura econômica seriamente comprometida.

A extensão dos prejuízos é de tal monta que o Estado sozinho não pode fazer frente ao atendimento das necessidades.

As perdas nas lavouras elevam-se a cem bilhões de cruzeiros.

Os danos sofridos pela malha viária do Estado, elevam-se a onze bilhões. Quase todos os serviços públicos foram duramente atingidos, especialmente quanto aos setores do saneamento básico e ao de distribuição de energia elétrica.

As perdas na lavoura concorreram para agravar ainda mais o já difícil quadro de dificuldades apresentado pelas finanças estaduais, com um elevado déficit orçamentário, que atinge cerca de 60 bilhões de cruzeiros.

Diante de tal situação, conclui esta Assembléia ser senão impossível, pelo menos extremamente difícil ao Paraná, com seus próprios recursos, superar essa situação de real gravidade.

Por isso, apela veementemente às autoridades federais que, sem tardança, acolham todas as propostas que lhe estão sendo encaminhadas, quer pelas autoridades estaduais, quer pelos representantes dos setores econômicos, bem como pelas autoridades municipais.

Depois dos exaustivos debates realizados no decurso da audiência pública, conclui a Assembléia Legislativa do Paraná, que, se há necessidade urgente de se dar atendimento a esta situação emergencial, mais importante contudo é se atentar para os aspectos estruturais.

O episódio das cheias serviu sobretudo para uma conscientização dos graves problemas que tem de enfrentar a comunidade paranaense.

Em face disso, a Assembléia serviu sobretudo para uma conscientização dos graves problemas que tem de enfrentar a comunidade paranaense.

Em face disso, a Assembléia Legislativa alerta para a necessidade de reformularem conceitos em torno da adoção das diretrizes gerais para a política econômica, essa sim afetadora da estabilidade e da sanidade econômica do Paraná.

Recorda a Assembléia Legislativa que em situações idênticas anteriores pouca ou nenhuma ajuda recebeu o Estado para fazer face aos prejuízos sofridos.

Curitiba, 20 de junho de 1983."

Segue a leitura da Proposição:

"SÚMULA: Requer envio de expediente ao Sr. Presidente da República e Ministros de Estado.

"Os Deputados Estaduais que esta subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a realização de Audiência Pública Geral para análise dos problemas causados pelas enchentes no Paraná, realizada hoje, com a presença de ilustres representantes do Poder Executivo Estadual e Municipal, além de significativa parcela dos diversos segmentos da sociedade, propõem, após ouvido o Plenário, o envio ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e a todos os Ministros de Estado do Brasil, o seguinte apelo da gente do Paraná:

1 - Sejam liberados, com urgência, verbas para a recuperação da malha rodoviária do Estado, bem como para combater a erosão;

2 - A liberação, pelos bancos comerciais, aos agricultores, de financiamento como antecipação de receitas futuras, mediante garantia hipotecária ou aval;

3 - Rateio das perdas das cooperativas agrícolas entre o quadro social, porém registradas exclusivamente numa operação contábil no ativo circulante, como direito realizável quando da apuração de sobras nos exercícios subsequentes;

4 - Inclusão do Banco do Brasil como maior agente fi-

nanceiro voltado para a agricultura;

5 - Manutenção ao nível de 60% dos juros da resolução 761, para viabilizar uma rápida recuperação do passivo das cooperativas agrícolas;

6 - Alocação imediata de recursos, com taxas de juros subsidiadas, para a restauração dos solos agrícolas;

7 - Fixação urgente do Valor Básico de Custeio (VBC) e preço mínimo da cultura do feijão das águas;

8 - Seja renegociada a dívida dos produtores com prazo compatível à sua atividade e juros ajustados a situação da crise;

9 - Seja retida por parte da Companhia de Financiamento da Produção Parcela do milho produzido no Paraná sob forma Aquisição e Empréstimos do Governo Federal (AGF e EGF), objetivando garantias para atividade animal (avícola, suinícola, e produção leiteira).

10 - Liberação de repasses ao Banco do Estado do Paraná para os agricultores que já colheram a sua produção, permitindo que eles possam retê-las e assim obterem melhores preços.

11 - Manutenção dos juros agrícolas para os Estados do Sul afetados pelas enchentes, nos níveis anteriores a recente elevação determinada pelo Conselho Monetário Nacional.

12 - Alocação de recursos financeiros para a implantação do Parque Marumbi, na Serra do Mar, cujo desmatamento é causa do assoreamento intenso dos córregos, agravando as consequências das enchentes e da Baía de Paranaguá, afetando intensamente as atividades portuárias.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1983.

A COMISSÃO RELATORA:

Deputado GERNOTE KIRINUS - Relator

Deputado MÁRIO PEREIRA

Deputado IVAN GUBERT

Deputado CAÍTIO QUINTANA"

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa gostaria de comunicar ao Plenário que além das sugestões contidas dentro do documento, as demais apresentadas através de documentos e oralmente, fazem parte também do documento final que será encaminhado às autoridades competentes a nível federal.

Concedo a palavra ao orador que solicita, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Secretários de Estado, meus Senhores, minhas Senhoras, Srs. Prefeitos.

Senhor Presidente, apenas para registrar aqui, com satisfação, o exemplo que é dado pela Bancada da Minoria que, não só compareceu, mas participa deste evento público e dá a certeza então de que o Paraná, neste momento, está unido.

Faço votos de que esta união em torno da defesa dos nossos interesses, seja duradoura. E convoco os companheiros do PMDB, do PDS, Srs. Prefeitos, todos aqueles que têm responsabilidade como governante, de tentarmos criar o entusiasmo, de criar o estímulo para que a nossa iniciativa privada possa realmente corresponder neste momento difícil, a esperança que o Paraná tem, de continuar sendo o Estado celeiro do Brasil.

Acho que nós como governantes, como autoridades temos, neste quadrante da vida pública do Paraná, a grave responsabilidade de não darmos o exemplo do desânimo, do desalento. Por isso, eu registro, com prazer, em nome da Bancada do PMDB, a grata satisfação de termos a mão estendida do PDS, para possuímos um Paraná melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Eu consulto ainda se alguém deseja fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz.

O DR. LUIZ

— Eu gostaria, talvez para deixar bem

entendido a colocação do milho, parece que o documento refere-se só ao milho em EGF, Empréstimo do Governo Federal.

A nossa solicitação geral se prende também ao milho, em AGF, Aquisição do Governo Federal, com a possibilidade inclusive de recompra deste milho com os produtores, com o direcionamento das várias classes: suinocultura, avicultura. Seria também a reivindicação de recompra.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu pediria que fosse incluído nesse documento, um item relativo a necessidade de um apoio que o Paraná precisa, para implantação do Parque Marumbi.

Há necessidade do apoio do Governo Federal, no sentido de poder proporcionar as desapropriações necessárias, para implantação desse parque, de grande relevância para o equilíbrio ecológico de toda região, Litoral e do Planalto de Curitiba.

A não implantação desse Parque do Marumbi, está afetando, não só os problemas das atividades portuárias do litoral paranaense, a pesca marítima está sendo afetada intensamente, a agricultura litorânea, o problema do abastecimento de água em Curitiba, está sendo afetado, de modo que nós temos urgentemente que implantar esse parque, para adotar medidas conservacionistas, com relação a Serra do Mar.

De modo que eu insisto na colocação de um item, para que o Governo Federal, junto ao Governo do Estado, possa dar ao Paraná e ao Brasil, a solução deste problema.

Eu coloco à consideração da Mesa, se acolhe essa nossa sugestão e também do Plenário, se apoia a inclusão do item, para que o Governo Federal e o Governo do Estado, adotem recursos financeiros e adotem também potencial humano e recursos materiais para efetiva implantação desse parque, principalmente porque, ao final deste ano, o decreto de criação desse parque também vai perder a sua validade e, conseqüentemente, o Paraná ficará sem este pulmão e sem esta defesa daquilo que acredito seja de grande importância para nosso equilíbrio ecológico, que é a Serra do Mar.

Fica a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao ilustre companheiro, que incluirá a sua proposição no documento final, que será encaminhado a Brasília.

Consulto aos ilustres participantes, se alguém mais desejaria fazer uso da palavra ou alguma sugestão a mais, a ser incluída nesse documento.

Não havendo mais quem queira se manifestar, eu quero, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, agradecer a presença e a colaboração de todos, quantos vieram a esta Casa, para num espírito de colaboração, de união e de entendimento, buscarmos soluções para o nosso desenvolvimento.

Quero dizer ao Plenário, reafirmar aquilo que venho pregando durante a minha vida pública.

1 — De que o Parlamento moderno deve perder aquela visão burguesa, que o deixou fechado praticamente à sociedade, Parlamento moderno, Parlamento democrático, deve se conduzir dentro dos princípios que nós defendemos no Paraná.

Parlamento realmente participativo, Parlamento realmente representativo e que esse Parlamento possa transformar-se, com a colaboração de toda sociedade, numa verdadeira caixa de ressonância das aspirações populares, este é o espírito e a conduta que temos adotado como Presidente da Casa, e dizer ao Paraná que a missão política do homem moderno não é reservada somente àquele que detém o mandato popular, a missão política além de ser um direito é, acima de tudo, um dever de

todo o cidadão, para que ele através dela, de sua atuação política, tenha a coloração que tiver, tenha a tendência que tiver, que ele empreste e tome consciência de sua responsabilidade perante a Nação, perante seus irmãos, que é necessário que cada cidadão, que cada homem, que cada mulher, atue onde atuar, no campo que atuar tem o dever de participar, senão partidariamente, mas politicamente em favor do seu povo e da sua Nação.

Quero entender de que teremos que buscar dentro desse espírito de união e de entendimento um processo não somente que nos traga o progresso, porque há que se discernir, nos dias de hoje, na época em que vive a humanidade, há que se discernir entre progresso e desenvolvimento.

É inegável que o nosso País, que o nosso Estado progrediu, teve progressos em várias áreas, mas se quisermos traduzir isso em desenvolvimento, teremos que ter a humildade suficiente para reconhecer que em termos de desenvolvimento como nós o entendemos, nada ou quase nada foi feito por este País.

Não podemos falar em desenvolvimento companheiros, quando este País ocupa lugar de destaque dentro do contexto mundial, como um dos maiores índices de mortalidade infantil, cuja causa, se a sociedade brasileira parar para repensar, o seu posicionamento e a sua responsabilidade, vai ter que corar.

E, quando eu falo em sociedade, incluo o Governo, que tem a responsabilidade de gerir e dirigir os destinos de crianças que morrem por este Brasil afora de verminose e que tem como causa a subnutrição, num País com a extensão e a potencialidade que tem o Brasil, realmente é hora de parar para pensar.

De nada nos adianta ou de pouco nos adianta as imagens coloridas da televisão, a magestosa Ponte Rio-Niterói, a malfadada Transamazônica, a Brasília iluminada, os prédios nababescos sem a finalidade e sem a funcionalidade para atender o objetivo social mais profundo, a nossa ação terá sido quase nada.

E entendo que essa missão é uma missão a ser cumprida pela sociedade, e o Parlamento paranaense assume a responsabilidade de aqui no Paraná, tentar pelo menos conscientizar a sociedade com a participação e a ajuda dos Srs. É evidente, para este direcionamento, para que percamos esta visão monetarista dos Governos que até então desgovernam este País, que tenhamos uma visão social mais profunda, de maior responsabilidade, que olhemos com mais respeito o futuro. Esta é, Senhores, a meu ver, a missão política do homem moderno e a missão do representante do povo que ocupa os Parlamentos neste País. Sabemos que os caminhos são difíceis; sabemos que o Parlamento, ao longo da história brasileira, sofreu perdas nas suas prerrogativas; mas não podemos ficar de joelhos porque democracia não se conquista de joelhos; democracia e valorização do Parlamento se conquista na luta diária e é uma luta que nós, somente Parlamentares, não temos a capacidade de levar a bom fim. Precisamos da participação, precisamos do apoio, precisamos do trabalho e da compreensão de toda sociedade. As diferenças partidárias, evidente que são necessárias. As divergências de pensamento, evidente que são necessárias. Isso devemos fazer no âmbito de nossos partidos políticos mesmo que caminhemos paralelamente, mas temos que ter um objetivo social comum. Se perdermos de vista essa realidade, estaremos traindo a confiança popular, e a Assembléia Legislativa do Paraná se nega a participar dessa farsa, e haveremos de, junto com a sociedade, junto com a comunidade paranaense, fazer se ouvir a voz do Paraná, politicamente, economicamente, socialmente, para que este Estado dê um exemplo de preocupação e respeito com o futuro desta Nação.

Quero agradecer aos Senhores Secretários de Estado, ao Senhor Governador que aqui esteve presente no início desta Sessão, aos Srs. Prefeitos, aos Srs. Deputados Estaduais e Federais e aos Srs. Vereadores, representantes classistas, a

todos os Senhores que prestigiaram este acontecimento, e deixar aqui aos senhores a certeza de que a Assembléia continuará nesta trilha de promover o entrosamento para não só falar, mas para também e principalmente ouvir o que a sociedade pensa, o que os políticos precisam, todos nós precisamos conhecer do pensamento nacional.

Ao agradecer a presença de todos, declaro encerrada esta Sessão.

Muito obrigado!

Documentos encaminhados à Mesa para publicação, referentes à primeira Comissão Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA RELATÓRIO

A Lapa é uma cidade localizada na microrregião "3" de planejamento (Suldeste do Paraná).

Tem uma população total de 34.972 habitantes, sendo 14.370 na área urbana e 20.602 na área rural. Toda essa população está distribuída por uma área de 2.193,365 km², proporcionando uma densidade demográfica de 15,94 hab/km².

ASPECTOS ECONÔMICOS

Predominam no setor primário as atividades agropecuárias. Na agricultura aparecem com realce a produção de batata inglesa, do milho, do feijão e da soja.

O setor pecuário é também um segmento expressivo no balanço da economia do município (principalmente o projeto Bacia Leiteira).

No setor secundário estão as camadas industriais tradicionais, quais sejam as mais diretamente ligadas ao setor primário, entre elas destacando-se as madeiras.

Diante desse quadro econômico chega-se à conclusão que o município depende fundamentalmente da sua rede viária. Só de vias estritamente principais o município tem 351 km. Todas essas vias são em leito natural. Pouca coisa existe com revestimento de saibro.

O município é limitado ao Norte pelo Rio Iguaçu e ao Sul pelo Rio da Várzea, sendo por isso cortado por extensa rede fluvial formada pelos seus afluentes. Com as constantes chuvas, toda a rede viária ficou danificada, inclusive tendo comunidades ficado isoladas da sede do município, devido à queda de pontes.

Para complicar mais ainda a situação, o equipamento rodoviário do município, bem como o quadro de pessoal, é limitado e não consegue atender nem mesmo as necessidades mais urgentes. Para se ter uma idéia geral da situação do município, faremos uma relação das pontes e bueiros mais importantes, bem como das estradas mais avariadas:

PONTES:

1 - Ponte sobre o Rio da França - na localidade de Rio da Várzea. Completamente destruída. Extensão: 12,00 m. Isolou o São Bento do Rio da Várzea.

2 - Ponte sobre o Rio Bacia Leiteira - Extensão: 10 m. Impede o transporte do leite.

3 - Ponte sobre o Rio Água Amarela. Extensão: 8,00 m. Isola o município da Lapa do Município de Antônio Olinto.

4 - Ponte sobre o Rio do Atalho - Extensão: 10,00 m.

5 - Ponte sobre o Rio Carqueja - Extensão: 7,00 m.

6 - Ponte sobre o Rio da Estiva - Extensão: 10,00 m. Isola da cidade da Lapa as comunidades: São João, Alves, S. Pedro, além do município de Quitandinha.

7 - Ponte dos Mojos - Extensão: 8,00 m. Isola o Município da Lapa do Município de Porto Amazonas.

Todas essas pontes terão de ser reconstruídas. Existem 12 pontes que necessitam de reparos. Isso perfaz um total de 19 pontes para serem construídas ou reparadas num curto espaço de tempo.

Todas essas pontes serão executadas em madeira com suportes de trilhos.

BUEIROS:

Existem 7 bueiros que necessitam de manilhas de $\phi = 100$ cm; 20 bueiros que necessitam de manilhas de $\phi = 60$ cm; 15 bueiros que necessitam de manilhas de $\phi = 40$ cm e de 43 bueiros que necessitam de manilhas de $\phi = 30$ cm.

Normalmente são usadas dez manilhas por bueiro.

ESTRADAS QUE NECESSITAM ENSAIBRAMENTO (pelo menos nos locais mais úmidos):

Lavrinha-Butiá-Rio Negro; Rio da Várzea-São Bento; Barra-Rio da Areia; São Bento-Ponte Nova; Mato Preto-Antônio Olinto; Botiatuva-Campestre-Balsa Nosa; São João-São Pedro-Alves; Fazenda

dos Fojos-Floresta-Paiquerê; Palmeira-Serrinha-Faxinal doas Castilhos.

Existem vários quilômetros de estradas secundárias (mais importantes para o escoamento de produtos agrícolas) que necessitam de reparos.

Atos do Poder Executivo:

DECRETO Nº 858

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 47, itens II e XVI, da Constituição Estadual, face ao que dispõem o art. 13 do Decreto Federal nº 66.204, de 23 de fevereiro de 1970, o art. 22 do Decreto Federal nº 67.347, de 05 de outubro de 1970, e o Decreto Estadual nº 3.002, de 29 de dezembro de 1972, e sob proposta da Coordenação Estadual de Defesa Civil - CEDEC,

D E C R E T A :

Art. 1º - Tendo em vista as intensas chuvas ocorridas no Estado do Paraná, nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março de 1983, os municípios de Almirante Tamandaré, Araruna, Bandeirantes, Cafeara, Cafelândia do Oeste, Cambará, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Flórida, Goioerê, Itaguajé, Janiópolis, Loanda, Lobato, Marechal Cândido Rondon, Miraselva, Nova Prata do Iguaçu, Paranacity, Salto do Itararé, Santa Inês, Santo Antônio do Paraíso, Santo Inácio, São Miguel do Iguaçu, São Sebastião da Amoreira, Tapejara e Terra Rica, sofreram grandes danos na sua malha viária, pela destruição de estradas, pontes e bueiros, com sérios problemas ao transporte de pessoas, de insumos e da produção agropecuária, é reconhecida a existência de "Situação de Emergência" prevista no art. 3º do Decreto Estadual nº 3.002, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 26 de maio de 1983, 162º de Independência e 95º da República.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

LUIZ FELIPE HAJ MUSSI

Secretário de Estado da Segurança Pública

DECRETO Nº 859

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47, item II e XVI, da Constituição Estadual, face ao que dispõem o art. 13 do Decreto Federal nº 66.204, de 23 de fevereiro de 1970, e o Decreto Estadual nº 3.002, de 29 de dezembro de 1972 e sob proposta da Coordenação Estadual da Defesa Civil - CEDEC,

D E C R E T A :

Art. 1º - Tendo em vista as intensas chuvas ocorridas nas regiões Sul e Sudeste do Estado, causando a morte de 13 pessoas, deixando desabrigadas outras 13.000, destruindo dezenas de casas e causando grandes danos na malha viária pela destruição de estradas, pontes e bueiros, com sérios prejuízos ao transporte de pessoas, de insumos e da produção agropecuária, é reconhecida a existência da "Situação de Emergência", prevista no art. 3º do Decreto Estadual nº 3.002, de 29 de dezembro de 1972, nos Municípios de Adrianópolis, Altamira, Alto Paraná, Alto Piquiri, Alvorada do Sul, Ampére, Antônio Olinto, Balsa Nova, Barracão, Bituruna, Boa Vista da Aparecida, Cândido de Abreu, Cantagalo, Capanema, Cascavel, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida, Cruz Machado,

Curitiba, Dois Vizinhos, Douradina, Enéas Marques, Francisco Beltrão, General Carneiro, Grandes Rios, Guairaçá, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Itapejara do Oeste, Itaúna do Sul, Ivaí, Lapa, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Maria Helena, Mariópolis, Marmeleiro, Munhoz de Melo, Nova Santa Rosa, Palmas, Palmital, Paraíso do Norte, Pato Branco, Paulo Frontin, Pérola do Oeste, Pinhão, Piraí do Sul, Planaltina do Paraná, Planalto, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Porto Rico, Porto Vitória, Pranchita, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Rebouças, Realeza, Renascença, Rio Azul, Rio Negro, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Ivaí, São João, São Jorge do Oeste, São Mateus do Sul, São Tomé, Tapira, Teixeira Soares, Terra Roxa, Tibagi, Toledo, Três Barras do Paraná, Turvo, União da Vitória, Verê e Vitorino.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 26 de maio de 1983, 162º da Independência e 95º da República.

(aa) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

LUIZ FELIPE HAJ MUSSI
Secretário de Estado da Segurança Pública

Telex:

DE: CAPEG - PATO BRANCO - PR
P/ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - CURITIBA - PR

TLX NR. 218/83

PATO BRANCO, 20 de junho de 1983.

Att. Deputado TRAJANO BASTOS

Prezado Senhor:

Tendo em vista a grave situação que atingiu a agricultura do Sudoeste em decorrência das chuvas, causando grandes prejuízos e grandes perdas de produtos. As Cooperativas do Sudoeste reunidas em 01.06.83, na cidade de Pato Branco, resolveram elaborar o seguinte documento de reivindicações:

A — que o Governo decreta situação de emergência na atividade agrícola, suspendendo de imediato o vencimento das dívidas existentes mediante congelamento do capital emprestado. Suspendendo juros e demais encargos por prazo compatível com a análise de cada caso.

B — Renegociação da dívida dos produtores com prazo compatível a sua atividade e juros ajustados a situação de crise.

C — Liberação de recursos para os próximos plantios independentes de dívidas com VBC'S justos e percentuais de financiamentos suficientes para suprir a perda da capacidade produtiva.

D — Ajuda de manutenção das famílias mais severamente atingidas, mediante retenção de parte do produto colhido, a fim de que permaneçam na atividade com a garantia do sustento familiar e garantia da mão-de-obra.

E — Prorrogação da época de plantio de trigo nas zonas, A, B, E, C até 15.06.83, com cobertura integral do Proagro até data liberada pela pesquisa.

F — retenção por parte da CFP do milho produzido no Estado sob forma de EGF, objetivando garantias para a atividade animal (avícola, suinícola, e produção leiteira).

G — Autorização de recompra às cooperativas do milho Agefado e estocado em seus armazéns, permitindo reduzir os prejuízos do agricultor, considerando os aumentos de preços sofridos pelo milho no mercado, bem como a satisfação da necessidade de abastecimento pelas cooperativas, de suas necessidades de milho para fabrico de ração evitando através desta medida o aviltamento dos custos da ração e consequentemente dos alimentos de origem animal.

H — Liberação dos recursos emergência a longo prazo para recuperação da fertilidade dos solos agrícolas profundamente erodidos pelas chuvas excessivas e pesadas.

I — Liberação urgente dos VBC'S e preço mínimo para a lavoura de feijão das águas safra 1983/84.

J — Liberação imediata de recursos para as Prefeituras para recuperação de estradas, pontes e bueiros.

São estas as reivindicações das cooperativas do Sudoeste.

CAPEG de Pato Branco — Confrades de Francisco Beltrão, Camdül de Dois Vizinhos, Camisc de Maiópolis, Coasul de São João, e Coagro de Capanema na reunião que também contou com a presença do Presidente da OCEPAR (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná) Guntolf Van Kaick, representante da Secretaria da Agricultura, ACARPA, Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Prefeitura Municipal.

Contando com a grande sensibilidade de Vossa Excelência, permanecemos na expectativa das medidas que nos levam a superação das atuais dificuldades.

Saudações Cooperativistas

(a) CELSO FETTER HILGERT

Presidente

CAPEG e CREDICAP-Pato Branco

CO-RIBEIRA

Considerando a condição caótica em que se encontra a BR-476 e como representante da região de influência dessa rodovia a CO-RIBEIRA, por seu Presidente, infra-assinado vem expor a sugerir o seguinte:

1 — Que as intensas chuvas verificadas no período setembro/82 até 12/06/83 provocaram inúmeras avarias na rodovia em pauta, tais como deslizamento de barreiras e do leito da rodovia etc.

2 — Conforme já vínhamos denunciando a mais tempo, as avarias não foram consequência somente das chuvas, mas também do abandono em que se encontra a rodovia. Com efeito o DNER, sob cuja jurisdição se acha a conservação da mesma, vem reduzindo progressivamente sua estrutura na área, não dispondo hoje de equipamento a pessoal necessário para manter a estrada em condições normais de tráfego.

A falta de conservação das vias de drenagem e da limpeza (desmatação) dos taludes e a não reposição de material na base da rodovia foram motivos preponderantes para a verdadeira destruição da pista que assistimos.

Vemos agora, com grande preocupação, a necessidade de restabelecer as condições normais de tráfego a curtíssimo prazo, para propiciar a retomada das atividades normais das indústrias instaladas na região e o escoamento imediato das safras que puderam ser salvas.

Ora se os recursos materiais e humanos eram insuficientes para manutenção normal da rodovia, como poderá o DNER, atender a essas exigências? Se as dotações orçamentárias, que vem decrescendo de ano para ano, não permitiam, por vezes, nem patrolar a pista, como serão feitos os trabalhos urgentes necessários?

Queremos nessa oportunidade sugerir que sejam pleiteados os recursos necessários para atendimento dessa emergência e, como a base da pista terá que ser reforçada em quase toda a sua extensão, por ter sido retirada por patrolagem, sem reposição de material ao longo do tempo, que esse trabalho já seja executado visando uma futura pavimentação asfáltica da rodovia, aspiração máxima da região.

(aa) JOÃO BATISTA CORRÊA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

ANÁLISE DO PROBLEMA DAS CHEIAS DE CURITIBA

HISTÓRICO

Curitiba situa-se no primeiro planalto do Estado, região de nascentes de rios, logo caracterizada por ser banhada por grande quantidade de cursos de águas de pequeno porte.

Durante a urbanização da cidade foram executadas em larga escala várias obras de arte especiais como pontes, passarelas, pontilhões e até pequenas retificações utilizando-se madeira, matéria-prima outrora abundante e barata na região. Devido ao crescimento descontrolado desta Capital nas últimas décadas, estas obras de infra-estrutura foram se deteriorando devido principalmente ao acréscimo de tráfego e ao aumento de carga dos veículos.

Este "crescimento descontrolado" levou também a ocupação de áreas inundáveis às margens dos rios, seja através de loteamentos clandestinos ou de invasão espontânea, pela população mais carente.

Desta forma é fácil de se imaginar os estragos causados por uma chuva excepcional como esta sobre a infra-estrutura de uma cidade como Curitiba.

II — SITUAÇÃO ATUAL E DANOS CAUSADOS

1 — Sendo caracterizada por possuir um grande número de rios a malha viária municipal possui uma infinidade de pontes e pontilhões de madeira cujos custos de manutenção encontram-se altíssimos, assim pode-se dizer que os estragos causados por esta última enchente foram de grande monta. Causando avarias diversas, nas pontes e pontilhões de madeira, estando abaixo relacionados apenas as mais importantes para o sistema de transporte urbano.

— ponte sobre o Rio Atuba — Rua José Veríssimo, próx. DNOS;

— ponte na Rua Trindade, esquina da Rua Emílio Bertolini;

— rua Emílio Bertolini com a linha de estrada de ferro, inundação das casas;

— rua Dante Melara, ponte sobre o Córrego Natália, próx. Rua Catulo da Paixão Cearense;

— Ponte sobre o Rio Padilha na Rua Airton Pizatti Gussi, próx. Conjunto Parigot de Souza;

— ponte sobre o Rio Vila Formosa na Rua Carlos Klentz, próx. Conjunto Residencial Fazendinha;

— ponte na Rua João Albuquerque Maranhão, próx. a Rua Sagrado Coração de Jesus;

- rua Constantino Falcão, próx. da Fábrica de Papel Surudemba, Rio Barigüi;
- ponte sobre o Rio Barigüi, na Rua Lauro Malim;
- ponte sobre o Rio Bacacheri-Mirim, na Rua Alberto Mercer, esquina com Diógenes Brasil Lobato;
- ponte sobre o Rio Bacacheri-Mirim, na Rua Vicente Geronasso, próximo da Rua Maria B. C. Dias;
- alagamento na Região do Bairro Alto-Tarumã, no Rio Bacacheri, próximo da Victor do Amaral;
- alagamento na Vila Sofia e Lorena.

2 — Quanto as áreas sujeitas a inundação existem pelo menos (nove por cento da população da cidade) 90.000 (noventa mil) habitantes morando em regiões consideradas insalubres. Por serem assim consideradas estas áreas se apresentam mais acessíveis à população de baixa renda e tendem infelizmente a ter uma ocupação intensiva.

Este fato gera para o município um elevado ônus uma vez que a infra-estrutura nestas áreas é muito custosa e exige muita manutenção além de perdas individuais causadas pelas freqüentes enchentes cujo estrago é de difícil avaliação.

III — PROGRAMA DE PREVENÇÃO CONTRA CHEIAS

A partir da constatação e da análise dos estragos causados por esta última grande enchente apreciada por grande número de técnicos de diversos departamentos e empresas sob administração indireta da Prefeitura Municipal e outros órgãos da administração estadual e federal, a Prefeitura Municipal de Curitiba, classificou as seguintes medidas a serem tomadas para uma prevenção mais efetiva contra as cheias:

a) A imediata execução de galerias celulares de concreto armado em substituição a 40 (quarenta) pontilhões de madeira situados na malha do transporte urbano.

Obs.: O custo de manutenção destas, durante 2 (dois) anos é equivalente ao investimento necessário à sua substituição.

Estas obras serão executadas com recursos próprios da Prefeitura Municipal através do orçamento de seu Departamento de Obras, importando num valor de Cr\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de cruzeiros), conforme relação em anexo.

b) Gestões junto ao DNOS no sentido de promover a recuperação através de dragagens e/ou retificações dos seguintes trechos de rios que cortam a cidade:

RIO IVO — entre Visconde de Nacar e Presidente Taunay
 Estaca 128 a 165 + 15,00 m — 3,50 x 2,70 x 755,00 m
 Estaca 165 + 15,00 a 9 + 12,00 — 2,50 x 1,75 x 107,00 m
 Estaca 165 + 15,00 a montante — 3,50 x 2,20 m.

RIO JUVEVÊ

Rua Américo de Oliveira entre Rua Camões e Rua Vitória,
 Rua Deputado Carneiro de Campos e João Américo de Oliveira.
 Estaca 149 a 197 — 3,50 x 22,20 x 960,00 m
 Estaca 197 a 212 + 10,00 — 3,00 x 2,00 x 310,00 m

RIO PILARZINHO —

Entre Rua Nilo Peçanha e Tapajós
 Estaca 18,00 + 8,00 m a 52 + 16,00 — 4,00 x 2,70 x 104,00 m

RIO PINHEIRINHO

Rua Henry Ford e Avenida Canal
 Estaca 70 a 200 — revestimento de fundo de talude — 2.600 m

RIO TARUMÃ

Entre BR-116 e Rua Fagundes Varela
 Estaca 44 até 78 — 4,00 x 2,70 x 680 m
 Estaca 78 até 94 + 18,00 — 3,50 x 2,00 x 338 m
 Estaca 941 + 18,00 a 100,00 — 3,00 x 1,80 x 102 m

RIO BELÉM

Entre Celesti Santi e Santa Rita Durão
 Estaca 211 a 317 — 2.120,00 m — revestimento de fundo e talude.

c) Trabalho em conjunto da Prefeitura Municipal de Curitiba com COMEC, SANEPAR e DNOS para que se concretizem afinal os projetos já existente para as seguintes obras:

1 — Barragens do Rio Iraí (nascente do Rio Iguaçu) e do Rio Piraquara II.

Obras estas que além de servirem de áreas de lazer e serem importantíssimas para o sistema de abastecimento de águas de toda a Região Metropolitana de Curitiba, servirão também de controle do pico das cheias o que amenizará sobremaneira o efeito das enchentes na Capital do Estado.

2 — Retificação e dragagem do álveo do Rio Iguaçu à jusante da cidade de Curitiba o, que contribuirá para o mais rápido escoamento das águas durante as ocorrências de enchentes.

IV — CONCLUSÕES

O montante dos prejuízos nesta última enchente foi de aproximadamente Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) considerando-se todos os estragos causados na área urbanizada da cidade o que por si só justifica que medidas imediatas sejam tomadas a fim de que se restabelecer as condições mínimas de funcionamento dos serviços a que tem direito a população desta cidade.